



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA OMEGA GERAÇÃO S.A. PARA
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2017**

06 de julho de 2017

OMEGA GERAÇÃO S.A.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2017

Proposta elaborada pela administração da Omega Geração S.A. para participação dos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada em 06 de julho de 2017.

06 de julho de 2017

OMEGA GERAÇÃO S.A.

(Companhia Aberta)

CNPJ/MF n.º 09.149.503/0001-06

NIRE 31.300.093.10-7 | Código CVM 02342-6

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2017

ÍNDICE

1. OBJETO	4
2. DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS.....	6
3. CONVOCAÇÃO DA AGE	6
4. LOCAL DA AGE	6
5. INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AGE	7
6. INSTALAÇÃO DA AGE.....	8
7. DELIBERAÇÕES	9
8. ATA DA AGE.....	9
9. ORDEM DO DIA.....	10
9.1. Reforma ampla e integral do Estatuto Social, visando alterar diversos dispositivos do Estatuto Social, bem como adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado.....	11
9.2. Alteração do procedimento de eleição dos membros do Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas.....	13
9.3. Grupamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia.....	15
9.4. Retificação e ratificação dos Bônus de Subscrição.....	17
9.5. Consolidação do estatuto da Companhia.....	17
9.6. Adesão, pela Companhia, ao Novo Mercado	17
9.7. Ratificação do valor global da remuneração anual dos membros da administração da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015	19
9.8. Aprovação do novo valor global da remuneração anual dos membros da administração da Companhia referente ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2017	19
9.9. Alteração do jornal de grande circulação em que a Companhia realiza suas publicações	19
9.10. Autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários para efetivar as deliberações.....	20
10. CONCLUSÕES.....	20

OMEGA GERAÇÃO S.A.

(Companhia Aberta)

CNPJ/MF n.º 09.149.503/0001-06

NIRE 31.300.093.10-7 | Código CVM 02342-6

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2017

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da **OMEGA GERAÇÃO S.A.**, sociedade anônima, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar, sala 401, Bairro Barro Preto, CEP 30190-130, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31.300.093.10-7, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o n.º 09.149.503/0001-06, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A”, sob o código n.º 02342-6 (“Companhia”), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, vem pela presente, submeter à apreciação da assembleia geral extraordinária da Companhia, que se reunirá, em primeira convocação, no dia 06 de julho de 2017, às 09:00 horas, na sede social da Companhia (“AGE”), a seguinte proposta (“Proposta”):

1. OBJETO

Levando-se em consideração os melhores interesses da Companhia, a presente Proposta, ora submetida aos Srs. acionistas, está relacionada, entre outras matérias, à adesão, pela Companhia, ao segmento especial de listagem do mercado administrado pela B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), destinado às companhias que, voluntariamente, comprometeram-se a seguir boas práticas de governança corporativa, denominado “Novo Mercado” (“Novo Mercado”).

É requisito para aderir ao Novo Mercado a reforma do estatuto social para inclusão de dispositivos estatutários que prevejam algumas dessas boas práticas de governança corporativa, conforme previsto no regulamento de listagem do Novo Mercado (“Regulamento do Novo Mercado”).

As seções abaixo descrevem os termos e condições da proposta formulada e contêm os comentários da administração sobre os principais impactos de sua aprovação.

Em decorrência do exposto acima, serão objeto de deliberação pelos acionistas da Companhia, reunidos na AGE, as seguintes matérias:

- (1) a reforma ampla e integral do Estatuto Social da Companhia (“Estatuto Social”), visando alterar diversos dispositivos do Estatuto Social, bem como adequá-lo às disposições do regulamento de listagem do segmento de listagem denominado *Novo Mercado* (“Novo Mercado”) da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado” e “B3”, respectivamente) (a “Reforma Estatutária”);
- (2) a alteração do procedimento de eleição dos membros do Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas;
- (3) o grupamento de ações de emissão da Companhia, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social;
- (4) a substituição de 02 (dois) Bônus de Subscrição emitidos pela Companhia nos termos aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada às 10:00 horas do dia 12 de maio de 2017, em decorrência da supressão da possibilidade de emissão de ações preferenciais pela Companhia e por ocasião do grupamento de ações, nos termos do item 4.5 dos respectivos certificados;
- (5) a consolidação do Estatuto Social;
- (6) a adesão ao Novo Mercado;
- (7) a ratificação do valor global da remuneração anual dos membros da administração da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015;
- (8) a aprovação do novo valor global da remuneração anual dos membros da administração da Companhia referente ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2017;
- (9) a alteração do jornal de grande circulação em que a Companhia realiza suas publicações; e
- (10) autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários para efetivar as deliberações constantes dos itens 1 a 9 acima.

2. DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS

Em atendimento à legislação e regulação aplicável, especialmente ao disposto no §3º do artigo 135 da Lei das S.A., os documentos relativos à AGE encontram-se à disposição dos senhores acionistas no endereço da sede da Companhia e nas páginas eletrônicas da Companhia (<http://www.omegageracao.com.br>), da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>) e da B3 (<http://www.b3.com.br/>) na rede mundial de computadores.

3. CONVOCAÇÃO DA AGE

Nos termos do artigo 124 da Lei das S.A., a AGE será convocada por meio de anúncio publicado, por 3 (três) vezes, no mínimo, no Diário Oficial do Estado onde está localizada a sede da Companhia, e em jornal de grande circulação editado no local da sede e habitualmente utilizado pela Companhia, contendo o local, a data e a hora da AGE e sua respectiva ordem do dia.

De acordo com a Lei das S.A., a primeira publicação do anúncio de convocação de assembleia geral de companhias abertas será realizada com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da assembleia geral, no Diário Oficial do Estado onde se localiza a sede da Companhia e em jornal de grande circulação editado no local da sede.

Conforme §2º do artigo 10 do Estatuto Social, o prazo de antecedência da segunda convocação para a AGE é de 8 (oito) dias.

Não obstante, a AGE será considerada regular e validamente instalada, independentemente das formalidades descritas acima, caso todos os acionistas da Companhia venham a comparecer à AGE, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei das S.A.

4. LOCAL DA AGE

Em geral, as assembleias gerais são realizadas no edifício no qual a companhia tem sua sede. Admite-se a realização fora do edifício da sede em situações excepcionais de força maior e caso fortuito, mas ainda assim a assembleia deverá ocorrer na localidade da sede da companhia, conforme disposto no §2º do artigo 124 da Lei das S.A.

Assim, em atenção ao disposto na legislação societária e em conformidade com o artigo 9º do Estatuto Social, a AGE será realizada no edifício da sede da Companhia, localizado no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar, sala 401, Bairro Barro Preto, CEP 30190-130.

5. INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AGE

Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A. e conforme as normas previstas no Estatuto Social para participar da AGE, os acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos:

- (i) documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular);
- (ii) na hipótese de representação do acionista, original ou cópia autenticada de procuração com firma reconhecida, devidamente regularizada na forma da lei.

O representante de acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à AGE como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) outorgar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica.

No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGE caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente.

Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na AGE deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, §1.º, da Lei das S.A.

Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1.º e §2.º, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante.

Vale mencionar que (i) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser

representados na AGE por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, §1.º, da Lei das S.A.; e (ii) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado.

Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, devem ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), devem ser legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor.

Nos termos do parágrafo único do artigo 9º do Estatuto Social, o instrumento de mandato com o escopo de representar acionistas na AGE deverá ser apresentado na sede da Companhia com antecedência mínima de 3 (três) dias corridos contados da data da realização da AGE. Além disso, o acionista ou seu representante legal deverá comparecer à AGE munido de documentos que comprovem sua identidade, conforme exposto acima.

6. INSTALAÇÃO DA AGE

Como regra geral, enunciada no artigo 125 da Lei das S.A., as assembleias gerais instalam-se, em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações com direito de voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto.

No entanto, as assembleias gerais extraordinárias que tenham por objeto a reforma do estatuto social somente serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de ações representativas de, pelo menos, 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto, nos termos do artigo 135 da Lei das S.A.

Nesse sentido, uma vez que as matérias a serem deliberadas pela AGE importam a reforma do estatuto social, a instalação do conclave somente ocorrerá, em primeira convocação, na hipótese de presença de acionistas titulares de ações representativas de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social.

7. DELIBERAÇÕES

Nos termos do artigo 129 da Lei das S.A., as deliberações das assembleias gerais de acionistas, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, desconsideradas as abstenções.

No entanto, em situações excepcionais, a Lei das S.A. determina que as deliberações sejam tomadas pelo voto favorável de acionistas titulares de ações representativas de, no mínimo, metade das ações com direito a voto (artigo 136 da Lei das S.A.).

As demais deliberações da AGE serão tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes, não computadas as abstenções (artigo 129 da Lei das S.A.).

8. ATA DA AGE

Os trabalhos das assembleias gerais são documentados por escrito em ata lavrada no “Livro de Atas das Assembleias Gerais” e que será assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes (artigo 130, *caput*, da Lei das S.A.). Embora recomendável que todos os acionistas presentes assinem a ata, ela será válida se for assinada por acionistas titulares de ações suficientes para constituir a maioria necessária para as deliberações da assembleia geral (artigo 130, *caput*, da Lei das S.A.).

É possível, desde que autorizado pela assembleia geral, lavrar a ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas (artigo 130, §1º, da Lei das S.A.). Nesse caso, os documentos, propostas, declarações de voto ou dissidência referidos na ata, serão numerados seguidamente, autenticados pela mesa e por qualquer acionista que o solicitar, e arquivados na companhia (artigo 130, §1º, ‘a’, da Lei das S.A.). Adicionalmente, a mesa, a pedido de acionista interessado, autenticará exemplar ou cópia de proposta, declaração de voto ou dissidência, ou protesto apresentado (artigo 130, §1º, ‘b’, da Lei das S.A.).

Nos termos da legislação em vigor, serão tiradas certidões da ata da assembleia geral, devidamente autenticadas pelo presidente e secretário (artigo 130, §1º, da Lei das S.A.), que serão enviadas eletronicamente à CVM e à B3, apresentadas a registro na junta comercial do estado da sede da Companhia e publicadas no Diário Oficial e no jornal de grande circulação (artigo 135, §1º c/c artigo 289 da Lei das S.A.). Adicionalmente, as companhias abertas poderão, desde que autorizado pela assembleia geral, publicar a ata com omissão das assinaturas dos acionistas (artigo 130, §2º, da Lei das S.A.).

Desse modo, a Administração propõe que a ata da AGE seja lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, observados os requisitos acima mencionados, e sua publicação seja efetuada com a omissão dos acionistas.

9. ORDEM DO DIA

A AGE deverá examinar, discutir e votar as seguintes matérias:

- (1) a reforma ampla e integral do Estatuto Social da Companhia (“Estatuto Social”), visando alterar diversos dispositivos do Estatuto Social, bem como adequá-lo às disposições do regulamento de listagem do segmento de listagem denominado *Novo Mercado* (“Novo Mercado”) da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado” e “B3”, respectivamente) (a “Reforma Estatutária”);
- (2) a alteração do procedimento de eleição dos membros do Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas;
- (3) o grupamento de ações de emissão da Companhia, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social;
- (4) a substituição de 02 (dois) Bônus de Subscrição emitidos pela Companhia nos termos aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada às 10:00 horas do dia 12 de maio de 2017, em decorrência da supressão da possibilidade de emissão de ações preferenciais pela Companhia e por ocasião do grupamento de ações, nos termos do item 4.5 dos respectivos certificados;
- (5) a consolidação do Estatuto Social;
- (6) a adesão ao Novo Mercado;
- (7) a ratificação do valor global da remuneração anual dos membros da administração da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015;
- (8) a aprovação do novo valor global da remuneração anual dos membros da administração da Companhia referente ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2017;
- (9) a alteração do jornal de grande circulação em que a Companhia realiza suas publicações; e

(10) autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários para efetivar as deliberações constantes dos itens 1 a 9 acima.

9.1. Reforma ampla e integral do Estatuto Social, visando alterar diversos dispositivos do Estatuto Social, bem como adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado

A Administração da Companhia propõe a reforma do Estatuto Social da Companhia com as seguintes alterações: (i) inclusão do parágrafo único do artigo 5º, prevendo a proibição à Companhia de emitir ações preferenciais, com a exclusão dos antigos §§1º e 2º deste artigo para omitir as referências à emissão de ações preferenciais; (ii) alteração dos §§1º e 2º do artigo 6º para determinar que o aumento do capital até o limite de seu capital autorizado somente poderá ocorrer através de emissão de ações ordinárias; (iii) exclusão do artigo 9º, que tratava das disposições acerca das diferentes espécies e classes de ações, e consequente renumeração dos artigos seguintes; (iv) alteração dos itens IV e V do artigo 9º (artigo 10 sob a numeração anterior) para omitir as referências aos direitos prioritários das ações preferenciais em caso de liquidação e de participação do acervo remanescente; (v) exclusão do parágrafo único do artigo 10 (artigo 49 sob a numeração anterior), que tratava do direito de reembolso para as diferentes classes e espécies de ações; (vi) exclusão do artigo 11 (sob a numeração original), que tratava das características das ações preferenciais, e consequente renumeração dos artigos seguintes; (vii) exclusão do artigo 12 (sob a numeração original), que tratava do procedimento para conversão de ações ordinárias em ações preferenciais, e consequente renumeração dos artigos seguintes; (viii) exclusão dos artigos 15 a 18 (sob a numeração original), que tratavam da emissão de certificados de depósitos de ações da Companhia (Units), e consequente renumeração dos artigos seguintes; (ix) alteração do artigo 23 (artigo 29 sob a numeração anterior), §1º, inciso II alteração da redação do item II, para excluir a possibilidade de cessação da acumulação de cargo do principal executivo da Companhia durante um período de transição de 3 (três) anos; (x) alteração do artigo 30 (artigo 36 sob a numeração anterior), §1º, para incluir a referência ao §5º do artigo 141 e ao artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações; (xi) alteração do artigo 42 (artigo 48 sob a numeração anterior), para ajustar o termo “realizada” para fazer com que passe a ler-se “detido”; (xii) alteração da redação do item IV do artigo 43 (artigo 49 sob a numeração anterior), para ajustar o termo “propor” para fazer com que passe a ler-se “recomendar a aprovação”; (xiii) exclusão do parágrafo único do artigo 69 (artigo 75 sob a numeração anterior), que previa a dispensa de oferta pública de ações em caso de adesão ao Novo Mercado; (xiv) inclusão dos novos artigos 72 a 74, com a consequente renumeração dos artigos seguintes, para regular a obrigação de se realizar oferta pública de aquisição de ações de emissão da Companhia caso qualquer acionista venha a se tornar titular de participação superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia; (xv) alteração da redação dos §§1º, 2º do artigo 1º, §1º do artigo 23 (artigo 29 sob a numeração anterior), parágrafo único do artigo 27 (artigo 33 sob a numeração anterior), §§1º e 2º do artigo 30 (artigo 36 sob a numeração anterior), item XXX do artigo 33 (artigo 49 sob a numeração anterior), artigo 54 (artigo 60 sob a numeração anterior), artigo 65 (artigo

71 sob a numeração anterior), artigo 67 (artigo 73 sob a numeração anterior) e seu parágrafo único, artigo 69 (artigo 75 sob a numeração anterior), artigo 70 (artigo 76 sob a numeração anterior) e seu §2º, artigo 71 (artigo 77 sob a numeração anterior) e seus §§2º, 3º e 4º, §2º do artigo 76 (artigo 79 sob a numeração anterior), artigo 77 (artigo 80 sob a numeração anterior), artigo 78 (artigo 81 sob a numeração anterior) e artigo 80 (artigo 83 sob a numeração anterior), para alterar a referência ao “Nível 2 de Governança Corporativa” e ao “Regulamento do Nível 2” para “Novo Mercado” e “Regulamento do Novo Mercado”, respectivamente.

De acordo com o item 3.1.(v) do Regulamento do Novo Mercado, é condição para listagem no Novo Mercado que a companhia “*tenha adaptado o seu estatuto social às cláusulas mínimas divulgadas pela B3*”.

As cláusulas mínimas que devem ser inseridas no estatuto social estão anexas ao Regulamento do Novo Mercado, disponível na página eletrônica da B3 na rede mundial de computadores.

O **Anexo I** contempla uma cópia do Estatuto Social consolidado da Companhia após a aprovação da Reforma Estatutária, contendo, em destaque, as alterações propostas (incluindo, para maior referência de V.Sas., as alterações propostas de acordo com os itens (2) e (3) abaixo).

É importante notar que a Reforma Estatutária depende da efetiva negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia no Novo Mercado. Desse modo, propõe-se que eficácia das disposições constantes no §1.º do artigo 24, no parágrafo único do artigo 28, no §5.º do artigo 31, no inciso XXIX e no inciso XXX do artigo 34, na Seção III do Capítulo V, no Capítulo VII, no Capítulo VIII, no Capítulo IX, no Capítulo X, no Capítulo XIII do Estatuto Social (todos sob a numeração após as alterações) esteja subordinada, suspensivamente, ao início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado.

Salienta-se que, dentre as alterações propostas na Reforma Estatutária, está a extinção de classe de ações preferenciais de emissão da Companhia, o que asseguraria aos acionistas detentores de ações de tal classe de emissão da Companhia que não aprovaram a Reforma Estatutária, seja por dissensão, abstenção ou não comparecimento, o direito de retirarem-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, nos termos dos artigos 137 e 45 da Lei das S.A. Entretanto, tendo em vista que não existem ações preferenciais de emissão da Companhia, não haverá direito de retirada aos acionistas dissidentes de eventual aprovação da Reforma Estatutária.

9.2. Alteração do procedimento de eleição dos membros do Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas

Propõe-se que seja aprovada a alteração do procedimento de eleição dos membros do Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas para prever que este será composto por **(i)** um membro eleito pela maioria do Conselho de Administração, sendo necessariamente, administrador da Companhia; **(ii)** um membro será o Conselheiro Independente eleito pelos acionistas não controladores da Companhia; e **(iii)** um membro deve ser escolhido pelo Conselheiro Independente eleito, a partir de lista tríplice elaborada por empresa especializada em recrutamento de profissionais de cargos relevantes, de primeira linha e reconhecida nacional e internacionalmente.

A Administração esclarece que a alteração ora proposta ao procedimento de eleição dos membros do Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas tem o propósito de elevar os padrões de governança corporativa da Companhia, na medida em que possibilita que referido comitê seja composto, em sua maioria, por membros indicados exclusivamente pelos acionistas minoritários da Companhia.

Adicionalmente, propõe-se a inclusão de disposição estatutária expressa acerca da impossibilidade de aprovação de qualquer operação sujeita à análise do Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas em termos e condições diferentes daqueles que houverem sido aprovados pelo Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas.

Assim, como consequência destas alterações, propõe-se a reforma do Estatuto Social para alterar o artigo 41 e a inclusão de um novo artigo 44 (ambos sob a numeração após as alterações aprovadas no item 5.2 acima), de forma a refletir o novo procedimento de eleição dos membros do Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas e a vinculação da deliberação do Conselho de Administração à recomendação do Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas, o qual passará a ser lido com a seguinte e nova redação:

Art. 41. O Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas é composto por 3 (três) membros, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

§ 1.º O Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas deve ser composto pelos seguintes membros:

I. 1 (um) membro deve ser eleito pela maioria do Conselho de Administração, sendo necessariamente, à época de sua eleição, administrador da Companhia;

II. 1 (um) membro será o Conselheiro Independente eleito exclusivamente pelos acionistas não controladores da Companhia, em votação em separado, sem a participação do Acionista Controlador, nos termos do Art. 141, § 4.º, inciso I da Lei das S.A., observado o disposto no § 2.º abaixo; e

III. 1 (um) membro deve ser escolhido pelo Conselheiro Independente eleito nos termos do inciso II acima, a partir de lista tríplice elaborada por empresa especializada em recrutamento de profissionais de cargos relevantes, de primeira linha e reconhecida nacional e internacionalmente (“Empresa Especializada”), observado o disposto no § 4.º abaixo.

§ 2.º Caso não haja a eleição em separado prevista no Art. 141, § 4.º, inciso I da Lei das S.A.:

I. se apenas 1 (um) membro do conselho de administração for indicado por acionistas não controladores, esse conselheiro será automaticamente considerado eleito, para fins do inciso II do § 1.º acima, com todos os poderes e prerrogativas inerentes; ou

II. se mais de 1 (um) membro do conselho de administração for indicado por acionistas não controladores, será realizada, na própria assembleia geral, eleição em separado, sem a participação do Acionista Controlador, para a escolha, dentre referidos conselheiros, do membro do Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas para fins do inciso II do § 1.º acima, com todos os poderes e prerrogativas inerentes.

§ 3.º Os candidatos a serem incluídos na lista tríplice a ser elaborada para fins do inciso III do § 1.º acima devem, cumulativamente:

I. preencher os mesmos critérios aplicáveis para caracterização de um membro independente do Conselho de Administração; e

II. ter profundo conhecimento técnico e reconhecida experiência em operações societárias e/ou no setor de energia elétrica, com enfoque no desenvolvimento de ativos de geração.

§ 4.º A lista tríplice a ser elaborada para fins do inciso III do § 1.º acima pode, a critério da Empresa Especializada, incluir eventuais membros independentes do Conselho de Administração eleitos exclusivamente por meio de votos dos acionistas minoritários que não tenham sido eleitos nos termos do inciso II do § 1.º acima.

§ 5.º Se nenhum membro do conselho de administração for indicado por acionistas não controladores, caberá ao Conselho de Administração a eleição, dentre os Conselheiros Independentes, de 2 (dois) membros do Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas, sem a necessidade de elaboração da lista tríplice.

§ 6.º A vacância nos cargos dos administradores eleitos para o Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas (artigo 41, §1.º, incisos I e II) implicará, automaticamente, a vacância nos respectivos cargos por eles exercidos no Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas.

Art. 44. Qualquer Aquisição Sujeita ao Comitê somente poderá ser aprovada pelo Conselho de Administração nos termos negociados e recomendados pelo Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas.

Parágrafo único. O Conselho de Administração poderá submeter à apreciação do Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas propostas para alterações ou modificações aos termos recomendados pelo Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas. Se a recomendação do Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas for contrária às propostas de modificações realizadas pelo Conselho de Administração, a Aquisição Sujeita ao Comitê somente poderá ser realizada nos estritos termos originalmente recomendados pelo Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas.

O **Anexo I** contempla uma cópia do Estatuto Social consolidado da Companhia após a aprovação do ajuste acima indicado, contendo, em destaque, as alterações propostas.

9.3. Grupamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia

Propõe-se que seja aprovado o grupamento da totalidade das 448.622.300 (quatrocentas e quarenta e oito milhões, seiscentas e vinte e duas mil e trezentas) ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 10 (dez) ações para formar 1 (uma) ação (“**Grupamento**”), sem modificação do capital social, nos termos do artigo 12 da Lei das S.A.

Depois da consumação da operação proposta, o capital social da Companhia permanecerá no montante de R\$ 432.156.773,69 (quatrocentos e trinta e dois milhões, cento e cinquenta e seis mil, setecentos e setenta e três reais e sessenta e nove centavos), mas passará a ser dividido em 44.862.230

(quarenta e quatro milhões, oitocentas e sessenta e duas mil, duzentas e trinta) ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia.

A administração informa que os acionistas **BJJ Income Fundo de Investimento em Participações** e **Lambda3 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** manifestaram previamente a sua intenção de ceder suas respectivas frações de ações decorrentes do Grupamento ao acionista **WP Income Fundo de Investimento em Participações** para a formação de uma ação inteira.

Objetiva-se com a operação de grupamento conferir um acréscimo do valor unitário das ações dos acionistas, proporcionando maiores vantagens econômicas em razão de um número menor de ações emitidas pela Companhia.

Os demais valores mobiliários de emissão da Companhia lastreados em ações ou que confirmam a seu titular o direito de subscrever ou adquirir ações de emissão da Companhia serão ajustados para refletir uma redução proporcional dos direitos de seus titulares, na mesma razão do Grupamento.

Assim, como consequência do Grupamento, propõe-se que, nos termos do item 5.4 do Segundo Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada às 10:00 horas do dia 12 de maio de 2017, o número de opções de ações outorgadas no âmbito do Plano seja reduzido na proporção de 10 (dez) opções para formar 1 (uma) opção, de tal forma que (i) as Opções outorgadas nos termos do Plano, considerando todos os Programas, poderão conferir aos Participantes direitos de aquisição sobre um número de até 2.266.954 (dois milhões, duzentos e sessenta e seis mil, novecentos e cinquenta e quatro) Ações; e (ii) caso a compra e venda das ações objeto do Contrato de Compra e Venda de Ações (conforme qualificado no item 5.1 do Plano) não seja consumada até 30 de junho de 2018 ou, caso o Contrato de Compra e Venda de Ações seja rescindido por qualquer motivo antes de tal data, o Limite Global passe automaticamente a corresponder a 1.221.211 (um milhão, duzentas e vinte e um mil, duzentas e onze) Ações.

Adicionalmente, propõe-se a reforma do Estatuto Social para refletir o novo número de ações ordinárias de emissão da Companhia, de forma que, caso seja aprovado o Grupamento, o caput do artigo 5º seja alterado para refletir a seguinte e nova redação:

Art. 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 432.156.773,69 (quatrocentos e trinta e dois milhões, cento e cinquenta e seis mil, setecentos e setenta e três reais e sessenta e nove centavos), dividido em 44.862.230 (quarenta e quatro milhões, oitocentas e sessenta e duas mil, duzentas e trinta) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O **Anexo I** contempla uma cópia do Estatuto Social consolidado da Companhia após a aprovação do ajuste acima indicado, contendo, em destaque, as alterações propostas.

9.4. Retificação e ratificação dos Bônus de Subscrição

Propõe-se que seja aprovada a substituição dos Bônus de Subscrição n.º 10 e 11 emitidos pela Companhia em benefício do **Omega Desenvolvimento III Fundo de Investimento em Participações** e do **Lambda3 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, respectivamente, por meio da aprovação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada às 10:00 horas do dia 12 de maio de 2017, para refletir a vedação a emissão de ações preferenciais pela Companhia e a redução do número de ações objeto de tais Bônus de Subscrição na mesma proporção do Grupamento.

Caso a deliberação acima seja aprovada, os respectivos certificados dos Bônus de Subscrição retificados deverão ser entregues à Companhia para cancelamento, devendo seus titulares receberem novos certificados a serem oportunamente emitidos pela Companhia em substituição aos anteriores sob os mesmos termos e condições, já refletindo o novo número de ações objeto de cada um dos Bônus de Subscrição, nos termos das minutas constantes dos **Anexos II e III** à presente proposta.

9.5. Consolidação do estatuto da Companhia

Propõe-se que, caso aprovados os itens (1) a (3) acima, o Estatuto Social seja consolidado para contemplar as alterações realizadas.

9.6. Adesão, pela Companhia, ao Novo Mercado

Em 12 de maio de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a adesão, pela Companhia, ao Nível 2, sendo tal adesão condicionada ao início da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia no Nível 2.

Propõe-se que seja aprovada a adesão ao Novo Mercado, que oferece regras de governança corporativa superiores ao Nível 2.

O Novo Mercado é um padrão de governança corporativa altamente diferenciado, tornando-se padrão transparência e governança exigido pelos investidores para as novas aberturas de capital e é recomendado para empresas que pretendem fazer ofertas grandes e direcionadas a qualquer tipo de investidor.

Ser listado no Novo Mercado implica na adoção de um conjunto de regras societárias que ampliam os direitos dos acionistas, além da adoção de uma política de divulgação de informações mais transparente e abrangente.

Seguem abaixo algumas das principais características do Novo Mercado:

- a) proíbe a emissão de ações preferenciais pela Companhia;
- b) no caso de venda do controle, todos os acionistas têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço pago pelas ações do acionista controlador;
- c) em caso de saída do Novo Mercado ou cancelamento do registro de companhia aberta, deverá ser realizada oferta pública de aquisição, pelo valor econômico da Companhia, no mínimo;
- d) o conselho de administração deve ser composto por pelo menos 5 (cinco) membros, sendo 20% (vinte por cento) dos conselheiros qualificados como “conselheiros independentes”, todos com mandato unificado de até 2 (dois) anos;
- e) a companhia também se compromete a manter, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações emitidas em circulação (*free float*);
- f) divulgação de demonstrações financeiras em inglês;
- g) obrigatoriedade de realizar reunião pública anual com acionistas e divulgar calendário de eventos corporativos;
- h) é vedada a acumulação dos cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia pela mesma pessoa, nos termos do Regulamento do Nível 2; e
- i) necessária adesão à Câmara de Arbitragem e Mercado.

Por tais motivos, propõe-se a adesão, pela Companhia, ao Novo Mercado, condicionada ao início da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia no Novo Mercado.

9.7. Ratificação do valor global da remuneração anual dos membros da administração da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015

Tendo em vista que, nos termos da assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, os acionistas da Companhia, dentre outras deliberações, aprovaram a verba global de até 3.170.181,67 (três milhões, cento e setenta mil, cento e oitenta e um reais e sessenta e sete centavos) para a remuneração dos membros da administração da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, sendo que, na realidade, a Companhia pagou aos seus administradores, a título de remuneração, o valor de R\$3.357.591,51 (três milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e noventa e um reais e cinquenta e um centavos), a Administração da Companhia propõe a aprovação da ratificação do valor global da remuneração anual dos membros da administração da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, no montante efetivamente pago aos membros da administração da Companhia em referido exercício social.

9.8. Aprovação do novo valor global da remuneração anual dos membros da administração da Companhia referente ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2017

Propõe-se a aprovação de um aumento no valor de R\$ 985.897,79 (novecentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e noventa e sete reais e setenta e nove centavos) ao valor da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2017, que passará a do montante de R\$ 10.011.000,00 (dez milhões e onze mil reais), conforme aprovado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2017, para um novo montante de R\$ 10.996.897,79 (dez milhões, novecentos e noventa e seis mil, oitocentos e noventa e sete reais e setenta e nove centavos).

A Administração esclarece que referido aumento na remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício corrente se justifica em razão da aprovação possibilidade de outorga de opções de compra de ações nos termos do Primeiro Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia e do Segundo Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia, ambos aprovados na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada às 11:00 horas do dia 12 de maio de 2017, ainda no exercício de 2017.

9.9. Alteração do jornal de grande circulação em que a Companhia realiza suas publicações

Nos termos do art. 289, *caput*, da Lei das S.A., todas as publicações societárias exigidas pela legislação societária devem ser realizadas no Diário Oficial do Estado em que está situada a sede da companhia e em outro jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da Companhia. Neste sentido, propõe-se a modificação do jornal de grande circulação utilizado para as

publicações da Companhia, incluindo fatos relevantes, atas de assembleias e demonstrações financeiras, para o jornal “Diário do Comércio”, editado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

9.10. Autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários para efetivar as deliberações

A efetivação das deliberações ora propostas envolvem uma série de atos a serem praticados pelos administradores da Companhia, como os registros e averbações em órgãos públicos e privados e a celebração do contrato de participação no Novo Mercado.

Assim, propõe-se a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações a serem aprovadas na AGE, incluindo os registros e as averbações nos órgãos públicos e privados que se façam necessários para tal fim.

10. CONCLUSÕES

Pelos motivos acima, a Administração da Companhia submete a presente Proposta à apreciação dos senhores acionistas reunidos na AGE da Companhia, recomendando sua integral aprovação.

Belo Horizonte, 06 de julho de 2017.

José Carlos Reis de Magalhães Neto
Presidente do Conselho de Administração

OMEGA GERAÇÃO S.A.

(Companhia Aberta)

CNPJ/MF n.º 09.149.503/0001-06

NIRE 31.300.093.10-7 | Código CVM 02342-6

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2017

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Anexo I

Estatuto social consolidado da Companhia, contendo, em destaque, as alterações propostas

ESTATUTO SOCIAL DA OMEGA GERAÇÃO S.A.

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E OBJETO

Denominação e normas aplicáveis

Art. 1.º OMEGA GERAÇÃO S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações regida pelo disposto no presente estatuto social (“Estatuto”) e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”).

§ 1.º Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado (“Regulamento do Novo Mercado”).

§ 2.º As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

§ 3.º A Companhia, seus administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de

Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos à negociação nos mercados organizados administrados pela B3.

Sede e foro

Art. 2.º A Companhia tem sua sede e foro no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4.º andar, sala 401, bairro Barro Preto, CEP 30190-130.

Parágrafo único. A Companhia pode, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir e encerrar filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior.

Objeto social

Art. 3.º A Companhia tem por objeto social:

I. participação, direta ou por meio de *joint venture* (parceria), consórcio ou qualquer outra sociedade, em ativos de energia elétrica que já tenham atingido a fase operacional, incluindo, mas não se limitando a, pequenas centrais hidrelétricas (PCH), parques eólicos (CGE) e usinas solares (CGS), bem como em empresas que atuem na comercialização de energia elétrica e eficiência energética;

II. participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, no Brasil ou no exterior; e

III. atividades acessórias necessárias ao cumprimento do objeto social da Companhia.

Duração

Art. 4.º A Companhia funciona por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Valor do capital

Art. 5.º O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 432.156.773,69 (quatrocentos e trinta e dois milhões, cento e cinquenta e seis mil, setecentos e setenta e três reais e sessenta e nove centavos), dividido em 44.862.230 (quarenta e quatro milhões, oitocentas e sessenta e duas mil, duzentas e trinta) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Único. A Companhia não pode emitir ações preferenciais.

Capital autorizado

Art. 6.º Fica autorizado o aumento do capital social da Companhia, até o limite de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), sem a necessidade de reforma do Estatuto, por deliberação do Conselho de Administração.

§ 1.º O capital pode ser aumentado por meio da subscrição de novas ações ordinárias, ou da capitalização de lucros ou reservas, com ou sem a emissão de novas ações.

§ 2.º O Conselho de Administração deve fixar o número das ações, o preço de emissão e as condições de integralização, e deve estabelecer se a subscrição será pública ou particular.

§ 3.º Dentro das hipóteses permitidas pela legislação e por este Estatuto, o Conselho de Administração pode excluir o direito de preferência dos acionistas na subscrição do aumento de capital ou reduzir o prazo para seu exercício.

§ 4.º A Companhia pode, dentro do limite do capital social autorizado, por deliberação do Conselho de Administração:

- I. emitir bônus de subscrição;
- II. emitir debêntures conversíveis em ações ordinárias; e

III. outorgar opções de compra ou de subscrição de ações da Companhia em favor dos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral.

Características das ações

Art. 7.º As ações da Companhia são escrituradas em contas eletrônicas individualizadas, abertas em nome de seus titulares e mantidos junto a instituição financeira contratada pela Companhia para essa finalidade.

Parágrafo único. A ação é indivisível em relação à Companhia.

Direito de preferência

Art. 8.º O acionista tem, na proporção do número de ações de sua titularidade, preferência para a subscrição de novas ações, de debêntures conversíveis em ações e de bônus de subscrição.

§ 1.º A emissão de ações, de debêntures conversíveis em ações e de bônus de subscrição pode ser realizada com exclusão do direito de preferência ou com redução do prazo para exercício desse direito, desde que a colocação seja feita por meio de:

- I. venda em bolsa de valores;
- II. subscrição pública;
- III. permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do Art. 257 e do Art. 263 da Lei das S.A.; ou
- IV. outras hipóteses previstas em lei.

§ 2.º O acionista não tem direito de preferência:

- I. na conversão em ações de debêntures conversíveis em ações;
- II. na conversão em ações de bônus de subscrição; e

III. na outorga e no exercício de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia.

Ações ordinárias

Art. 9. Cada ação ordinária tem as seguintes características, direitos e vantagens:

I. confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral;

II. participa nos aumentos de capital da Companhia realizados mediante capitalização de lucros ou reservas;

III. confere o direito a participar do lucro distribuído a título de dividendo e/ou de juros sobre capital;

IV. confere, em caso de liquidação do patrimônio da Companhia, o direito ao reembolso do capital, calculado pela divisão do valor do capital social da Companhia pelo número total de ações emitidas, desconsideradas as ações em tesouraria;

V. confere, em caso de liquidação do patrimônio da Companhia, o direito a participar do acervo remanescente e o reembolso de capital das ações ordinárias; e

VI. confere o direito de sua inclusão em oferta pública de aquisição de ações decorrente de Alienação de Controle da Companhia, ao mesmo preço por ação e nas mesmas condições ofertadas ao Acionista Controlador Alienante.

Reembolso dos acionistas dissidentes

Art. 10 O valor de reembolso devido aos acionistas dissidentes que exercerem o direito de retirada nas hipóteses previstas na Lei das S.A. é determinado pela divisão do valor do patrimônio líquido, conforme apurado nas últimas demonstrações financeiras individuais aprovadas pela Assembleia Geral, pelo número total de ações de emissão da Companhia.

Partes beneficiárias

Art. 11 É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Disposições gerais

Art. 12 A Assembleia Geral, convocada e instalada de acordo com a lei e com o Estatuto, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Competência

Art. 13 Sem prejuízo das matérias previstas na Lei das S.A., compete à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:

- I. reforma do Estatuto da Companhia;
- II. eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando aplicável;
- III. instalação do Conselho Fiscal da Companhia;
- IV. remuneração anual global dos administradores;
- V. contas dos administradores;
- VI. demonstrações financeiras da Companhia;
- VII. modificação do capital social da Companhia;
- VIII. escolha da instituição ou da empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia nas hipóteses previstas neste Estatuto;
- IX. avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

- X. fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia;
- XI. participação em grupo de sociedades, conforme definido pelo Art. 265 da Lei das S.A.;
- XII. dissolução, liquidação e extinção da Companhia;
- XIII. eleição e destituição do liquidante;
- XIV. contas do liquidante; e
- XV. autorização para os administradores pedirem falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

Convocação

Art. 14 Compete ao Conselho de Administração, por meio de seu Presidente, convocar a Assembleia Geral.

Parágrafo único. A Assembleia Geral também pode ser convocada, nas hipóteses previstas na Lei das S.A., pelos acionistas ou pelo Conselho Fiscal.

Local da Assembleia Geral

Art. 15 Salvo por motivo de força maior, a Assembleia Geral deve ser realizada na sede da Companhia.

Parágrafo único. Quando, excepcionalmente, a Assembleia Geral for realizada fora da sede da Companhia, os anúncios de convocação devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, sendo vedada a realização da Assembleia Geral fora do Município onde se localiza a sede da Companhia.

Quorum de instalação

Art. 16 Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instala-se:

I. em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de ações representativas de, no mínimo, $\frac{1}{4}$ (um quarto) das ações com direito a voto na respectiva assembleia; e

II. em segunda convocação, com a presença de acionistas titulares de qualquer número de ações com direito a voto na respectiva assembleia.

Participação na Assembleia Geral

Art. 17 Somente o acionista, por si ou por seu representante, pode comparecer à reunião da Assembleia Geral, permitindo-se a presença de administradores, fiscais, avaliadores, consultores e assessores da Companhia que possam prestar esclarecimentos sobre os assuntos objeto da Assembleia Geral.

§ 1.º O acionista sem direito de voto pode comparecer à Assembleia Geral e discutir a matéria submetida à deliberação.

§ 2.º Para ser admitido na reunião da Assembleia Geral o acionista, ou seu representante legal, deve apresentar documento hábil de sua identidade e o comprovante de titularidade de ações expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição depositária das ações em custódia.

§ 3.º O acionista pessoa natural somente pode ser representado por procurador que atenda aos seguintes requisitos:

- I. seja outro acionista da Companhia;
- II. seja administrador da Companhia;
- III. seja advogado; ou
- IV. seja instituição financeira.

§ 7.º O anúncio de convocação da Assembleia Geral pode solicitar, para melhor organização dos trabalhos, o depósito na Companhia de cópia dos documentos mencionados neste artigo com até 3 (três) dias úteis de antecedência da data da Assembleia Geral.

§ 8.º O acionista que não realizar o depósito prévio mencionado no § 7.º pode participar da Assembleia Geral, desde que compareça à reunião com os documentos necessários para tomar parte na Assembleia Geral.

Mesa

Art. 18 O Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, um administrador da Companhia, indicado por ele, deve conduzir os trabalhos da Assembleia Geral. O presidente da Assembleia Geral deve designar o secretário.

Maioria deliberativa

Art. 19 A Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto no Art. 69, delibera por maioria absoluta de votos validamente proferidos, não se computando as abstenções.

Ata

Art. 20 Os trabalhos e deliberações da Assembleia Geral devem ser documentados em ata, lavrada em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes.

§ 1.º A ata deve ser lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, e conter apenas a transcrição das deliberações tomadas;

§ 2.º Os documentos ou propostas submetidos à Assembleia devem ser numerados seguidamente, autenticados pela mesa e ser arquivados na Companhia; e

§ 3.º A mesa, a pedido de acionista interessado, deve autenticar exemplar ou cópia de proposta, declaração de voto ou dissidência, ou protesto apresentado.

Assembleia Geral Ordinária

Art. 21 A Assembleia Geral reúne-se, em caráter ordinário, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social, para examinar, discutir e votar os assuntos previstos no Art. 132 da Lei das S.A.

Assembleia Geral Extraordinária

Art. 22 A Assembleia Geral realiza-se, extraordinariamente, sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto ou da legislação aplicável demandarem deliberação dos acionistas.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Seção I Disposições Gerais

Estrutura administrativa

Art. 23 A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.

§ 1.º Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente, ou de principal executivo da Companhia, não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, salvo na hipótese de vacância ou no período de transição previsto no Regulamento do Novo Mercado, sendo que, nesses casos, respectivamente, a companhia deve:

- I. Divulgar ao mercado a acumulação dos cargos e as providências a serem tomadas para cessar a referida acumulação nas respectivas datas em que se verificarem tais eventos; e
- II. cessar a acumulação em até 180 (cento e oitenta) dias em caso de vacância.

Requisitos

Art. 24 Somente pessoa natural pode ser eleita como membro dos órgãos de administração.

§ 1.º A pessoa eleita como membro da Diretoria deve ser residente e domiciliada no País.

§ 2.º A ata da Assembleia Geral ou da reunião do Conselho de Administração que eleger administradores deverá conter a (i) qualificação; (ii) o prazo de gestão de cada um dos eleitos; e, na hipótese de eleição de Conselheiro Independente, conforme definido abaixo, (iii) sua qualificação como Conselheiro Independente.

Impedimentos

Art. 25 É inelegível para os cargos de administração da Companhia a pessoa impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

Parágrafo único. É também inelegível para os cargos de administração a pessoa condenada a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Garantia de gestão

Art. 26 O administrador fica dispensado de apresentar garantia em favor da Companhia para assegurar os atos de gestão.

Investidura

Art. 27 O administrador é investido no seu cargo mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração ou no livro de Atas das Reuniões da Diretoria, conforme o caso.

Parágrafo único. A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Término da gestão e Substituição

Art. 28 O prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria se estende até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo único. O substituto eleito para preencher cargo vago deve completar o prazo de mandato remanescente do administrador substituído.

Remuneração

Art. 29 A Assembleia Geral deve fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

Parágrafo único. Compete ao Conselho de Administração deliberar acerca da distribuição da remuneração global dos administradores entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria e da repartição entre parcela fixa e parcela variável.

Seção II Conselho de Administração

Composição

Art. 30 O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

§ 1.º Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo art. 141, §§ 4.º e 5º e artigo 239 da Lei das S.A.

§ 2.º Quando, em decorrência da observância do percentual referido no § 1.º acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

§ 3.º Considera-se “Conselheiro Independente” a pessoa que, cumulativamente:

- I. não tenha qualquer vínculo com a Companhia (exceto participação de capital);
- II. não seja Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele,

ou não seja ou não tenha sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição);

III. não tenha sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia;

IV. não seja fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência;

V. não seja funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência;

VI. não seja cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e

VII. não receba outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

§ 4.º Além da verificação da relação do Conselheiro Independente com a Companhia, seu Acionista Controlador e administradores, a análise deve contemplar a eventual perda de independência em face das situações previstas nos § 3º acima, considerando o vínculo com sociedades relacionadas à Companhia, ao Acionista Controlador ou aos administradores dessa sociedade.

§ 5.º O indicado a Conselheiro Independente deve encaminhar para o Conselho de Administração declaração por escrito atestando seu enquadramento aos critérios de independência estabelecidos nesse Estatuto, com a respectiva justificativa.

Presidente e Vice-Presidente

Art. 31 O Conselho de Administração deve escolher, dentre os seus membros, um Presidente e um Vice-Presidente.

§ 1.º Compete ao Presidente do Conselho de Administração convocar a Assembleia Geral e a Assembleia Especial, presidir as reuniões do Conselho de Administração e exercer

outras atribuições e funções especificadas ou atribuídas pelo regimento interno do Conselho de Administração.

§ 2.º O Vice-Presidente do Conselho de Administração exercerá todas as funções do Presidente na ausência deste.

§ 3.º Na hipótese de ausência do Presidente e do Vice-Presidente, tais atribuições serão realizadas por qualquer outro Conselheiro indicado pelo Presidente.

Vacância

Art. 32 No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o Conselho de Administração deve nomear o substituto, que servirá interinamente até a primeira Assembleia Geral realizada depois do início da vacância.

§ 1.º No caso de vacância de todos os cargos do Conselho de Administração, compete à Diretoria convocar a Assembleia Geral para eleger os Conselheiros.

§ 2.º Para os fins deste artigo, considera-se vacante o cargo de membro do Conselho de Administração decorrente da destituição, renúncia, morte, invalidez ou ausência injustificada em 3 (três) reuniões consecutivas do Conselho de Administração.

Competência

Art. 33 Compete ao Conselho de Administração:

- I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II. eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto neste Estatuto;
- III. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- IV. eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros dos comitês estatutários de assessoramento do Conselho de Administração;

V. constituir, instalar e dissolver comitês de assessoramento não previstos neste Estatuto, elegendo e destituindo, a qualquer tempo, os respectivos membros e estabelecendo os regimentos internos de funcionamento;

VI. convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas situações previstas na legislação e neste Estatuto;

VII. manifestar-se sobre os relatórios da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia;

VIII. escolher e destituir os auditores independentes;

IX. avocar e decidir sobre qualquer matéria ou assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria;

X. aprovar o orçamento anual da Companhia, o orçamento plurianual, o plano de negócios da Companhia;

XI. deliberar acerca da emissão, dentro do limite do capital autorizado, de ações, de debêntures conversíveis em ações e de bônus de subscrição;

XII. deliberar acerca da emissão de notas promissórias e debêntures não conversíveis em ações;

XIII. deliberar acerca do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante a subscrição de novas ações ou mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem a emissão de novas ações;

XIV. autorizar a negociação da Companhia com suas próprias ações e com instrumentos financeiros referenciados às ações de emissão da Companhia, observada a legislação aplicável;

XV. autorizar a alienação e o cancelamento de ações em tesouraria;

XVI. fixar o limite de endividamento da Companhia;

XVII. autorizar a participação da Companhia em outras sociedades, como sócia quotista ou acionista, bem como a sua participação em consórcios e acordos de associação

e/ou acordos de acionistas e sobre a constituição de sociedades, no Brasil ou no exterior, pela Companhia;

XVIII. autorizar a contratação ou aditamento, pela Companhia ou por qualquer de suas sociedades controladas, de quaisquer empréstimos, financiamentos ou obrigações, ou ainda de aquisição de ativos ou de participação em outras empresas, consórcios, sociedades ou comunhões e condomínios, cujo valor individual ou em uma série de operações relacionadas em um período de 12 (doze) meses seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)

XIX. autorizar a contratação ou aditamento de qualquer contrato ou acordo, pela Companhia ou quaisquer de suas controladas, cujo valor individual ou em uma série de operações relacionadas realizadas em um período de 12 (doze) meses, e sob o qual a Companhia ou quaisquer de suas controladas assumam responsabilidades ou obrigações recíprocas de valor superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por ano ;

XX. deliberar acerca da outorga, dentro do limite de capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, de opção de compra de ações a administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle;

XXI. organizar seu funcionamento, por meio de regras próprias consubstanciadas em regimento interno aprovado e modificado pelo próprio Conselho de Administração;

XXII. estabelecer a política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia;

XXIII. estabelecer a política de divulgação de informações da Companhia;

XXIV. estabelecer a política de negociação de transações com partes relacionadas da Companhia;

XXV. escolher os jornais e veículos de comunicação utilizados pela Companhia para realização de suas publicações e divulgações exigidas pela legislação e regulamentação;

XXVI. autorizar a celebração de qualquer transação entre Partes Relacionadas, observada, caso aplicável, a necessidade de manifestação prévia do Comitê de Operações

com Ativos de Partes Relacionadas, conforme definido no Art. 40, exceto as seguintes transações, que são consideradas aprovadas previamente:

- a) transações entre a Companhia e suas controladas, diretas e indiretas, desde que não haja participação no capital social da controlada por parte do Acionista Controlador da Companhia, de seus administradores ou de pessoas a eles vinculadas; e
- b) transações entre controladas, diretas e indiretas, da Companhia, desde que não haja participação no capital social da controlada por parte do Acionista Controlador, de seus administradores ou de pessoas a eles vinculadas.

XXVII. autorizar a constituição de gravames e a prestação de garantias em favor de terceiros;

XXVIII. autorizar a compra, venda, a alienação, permuta, promessa de alienação ou qualquer forma de disposição, pela Companhia ou por quaisquer de suas sociedades controladas, de qualquer bem ou direito, cujo valor individual ou em uma série de operações relacionadas em período de 12 (doze) meses seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);

XXIX. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo:

- a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade;
- b) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia;
- c) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia;
- d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e

XXX. definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado.

Reuniões

Art. 34 O Conselho de Administração reúne-se nas datas previamente fixadas em calendário anual definido pelo próprio órgão ou sempre que houver necessidade.

§ 1.º A reunião do Conselho de Administração deve ser convocada por escrito, pelo Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer membro do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da reunião, devendo constar da convocação a data, local, horário e os assuntos que constarão da ordem do dia.

§ 2.º Fica dispensada a convocação por escrito sempre que comparecerem à reunião todos os membros do Conselho de Administração.

§ 3.º A reunião do Conselho de Administração deve ocorrer na sede ou na filial da Companhia, conforme detalhado no comunicado de convocação.

§ 4.º É facultado ao Conselheiro de Administração participar da reunião do Conselho de Administração por meio de videoconferência, conferência telefônica ou qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação dos participantes e sua interação em tempo real.

§ 5.º O Conselheiro que participar remotamente da reunião somente se considera presente se confirmar seus votos e manifestação por meio de declaração por escrito encaminhada ao Presidente do Conselho por carta, fac-símile ou correio eletrônico logo após o término da reunião. Uma vez recebida a manifestação, o Presidente do Conselho de Administração ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do conselheiro que participou remotamente.

§ 6.º A reunião do Conselho de Administração somente pode ser instalada com a presença da maioria de seus membros em exercício.

§ 7.º Cada membro do Conselho de Administração tem direito a 1 (um) voto na reunião do Conselho de Administração.

§ 8.º A reunião do Conselho de Administração é presidida pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariada por quem ele indicar.

§ 9.º O Conselho de Administração delibera pela maioria absoluta dos votos proferidos, não computadas as abstenções.

§ 10. No caso de empate, cabe ao Presidente do Conselho de Administração o voto de desempate.

§ 11. As deliberações do Conselho de Administração devem ser registradas em atas lavradas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e, sempre que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, seus extratos deverão ser registrados na Junta Comercial e publicados.

Conflito de interesses e benefício particular

Art. 35 O Conselheiro deve se abster de participar de qualquer reunião, discussão ou votação sobre assunto com relação ao qual tenha interesse conflitante com a Companhia que possa beneficiá-lo de maneira particular.

Seção III **Comitês de Assessoramento**

Subseção I Disposições gerais

Art. 36 O Conselho de Administração é assessorado pelo Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e pelo Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas, constituídos na forma prevista neste Estatuto, com o objetivo de conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

§ 1.º Sem prejuízo dos comitês previstos neste Estatuto, o Conselho de Administração pode criar comitês de assessoria adicionais com objetos restritos e específicos e com prazo de duração determinado, devendo indicar os respectivos membros dentre os

administradores da Companhia e/ou dentre quaisquer outras pessoas relacionadas, seja direta ou indiretamente, à Companhia.

§ 2.º A Companhia deve divulgar os regimentos internos dos comitês previstos neste Estatuto, contemplando a sua estrutura, sua composição, suas atividades e responsabilidades.

Art. 37 As recomendações fornecidas pelos comitês de assessoria não vinculam o Conselho de Administração.

Art. 38 As normas sobre requisitos, impedimentos, deveres e responsabilidades dos administradores aplicam-se aos membros dos comitês de assessoramento, tanto criados pelo Estatuto como por deliberação do Conselho de Administração.

Subseção II

Comitê de Auditoria e Gestão de Risco

Art. 39 O Comitê de Auditoria e Gestão de Risco é um órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração e exerce suas funções em conformidade com o seu regimento interno, com o escopo de assessorar o Conselho de Administração nas atividades de avaliação e controle das auditorias independente e interna, bem como revisar as demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente às disposições deste Estatuto Social e do regimento interno do Comitê de Auditoria e Gestão de Risco, o comitê observará todos os termos, requisitos, atribuições e composição prevista na Instrução CVM n.º 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada (“Instrução CVM 308/99”), qualificando-se como um Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), nos termos ali previstos.

Subseção III

Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas

Art. 40 O Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas, de acordo com o disposto neste Estatuto, é um órgão dotado de autonomia operacional e orçamentária, de acordo com os limites aprovados pelo Conselho de Administração, cuja finalidade é negociar, analisar, avaliar e opinar acerca de transações com Partes Relacionadas envolvendo a Companhia, conforme definido neste Estatuto, cujo objeto seja a aquisição, direta ou indireta, de ativos de energia elétrica, incluindo, mas não se limitando a, pequenas centrais hidrelétricas (PCH), parques eólicos (CGE) e usinas solares (CGS), bem como em empresas que atuem na comercialização de energia elétrica e eficiência energética (“Aquisição Sujeita ao Comitê”).

§ 1.º O Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas possui um regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, o qual prevê detalhadamente suas funções e seus procedimentos operacionais.

§ 2.º Para fins deste Estatuto, o termo:

a) “Partes Relacionadas” significa, com relação a Companhia, qualquer sociedade ou entidade não personificada, incluindo, mas sem limitação, fundos de investimento que, individualmente ou em conjunto, direta ou indiretamente, Controle, seja Controlada por ou esteja sob Controle comum com a Companhia, observado, ainda, que para todos os fins deste Estatuto também serão considerados como Parte Relacionada da Companhia os fundos de investimento cuja carteira seja gerida de forma discricionária pela mesma entidade que efetua a gestão da carteira de investimentos do Acionista Controlador da Companhia ou por sociedade, direta ou indiretamente controlada ou que esteja sob controle comum com referida entidade que efetue a gestão discricionária da carteira de investimentos do Acionista Controlador da Companhia; e

b) “Controle” tem o significado que lhe é atribuído pelo Art. 116 e pelo § 2.º do Art. 243 da Lei das S.A.

Composição

Art. 41 O Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas é composto por 3 (três) membros, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

§ 1.º O Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas deve ser composto pelos seguintes membros:

IV. 1 (um) membro deve ser eleito pela maioria do Conselho de Administração, sendo, necessariamente, administrador da Companhia;

V. 1 (um) membro será o Conselheiro Independente eleito exclusivamente pelos acionistas não controladores da Companhia, em votação em separado, sem a participação do Acionista Controlador, nos termos do Art. 141, § 4.º, inciso I da Lei das S.A., observado o disposto no § 2.º abaixo; e

VI. 1 (um) membro deve ser escolhido pelo Conselheiro Independente eleito nos termos do inciso II acima, a partir de lista tríplice elaborada por empresa especializada em recrutamento de profissionais de cargos relevantes, de primeira linha e reconhecida nacional e internacionalmente (“Empresa Especializada”), observado o disposto no § 4.º abaixo.

§ 2.º Caso não haja a eleição em separado prevista no Art. 141, § 4.º, inciso I da Lei das S.A.:

III. se apenas 1 (um) membro eleito do conselho de administração for indicado por acionistas não controladores, esse conselheiro será automaticamente considerado eleito, para fins do inciso II do § 1.º acima, com todos os poderes e prerrogativas inerentes; ou

IV. se mais de 1 (um) membro eleito do conselho de administração for indicado por acionistas não controladores, será realizada, na própria assembleia geral, eleição em separado, sem a participação do Acionista Controlador, para a escolha, dentre referidos conselheiros, do membro do Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas para fins do inciso II do § 1.º acima, com todos os poderes e prerrogativas inerentes.

§ 3.º Os candidatos a serem incluídos na lista tríplice a ser elaborada para fins do inciso III do § 1.º acima devem, cumulativamente:

I. preencher os mesmos critérios aplicáveis para caracterização de um membro independente do Conselho de Administração; e

II. ter profundo conhecimento técnico e reconhecida experiência em operações societárias e/ou no setor de energia elétrica, com enfoque no desenvolvimento de ativos de geração.

§ 4.º A lista tríplice a ser elaborada para fins do inciso III do § 1.º acima pode, a critério da Empresa Especializada, incluir eventuais membros independentes do Conselho de Administração indicados exclusivamente por meio de votos dos acionistas minoritários que não tenham sido eleitos nos termos do inciso II do § 1.º acima.

§ 5.º Se nenhum membro do conselho de administração for indicado por acionistas não controladores, caberá ao Conselho de Administração a eleição, dentre os Conselheiros Independentes, de 2 (dois) membros do Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas, sem a necessidade de elaboração da lista tríplice.

§ 6.º A vacância nos cargos dos administradores eleitos para o Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas (artigo 41, §1.º, incisos I e II) implicará, automaticamente, a vacância nos respectivos cargos por eles exercidos no Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas.

Competência

Art. 42 Compete ao Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas apreciar as Aquisições Sujeitas ao Comitê, com poderes para:

- I. negociar de maneira efetiva os termos e condições das Aquisições Sujeitas ao Comitê;
- II. avaliar propostas de Aquisições Sujeitas ao Comitê realizadas por partes relacionadas e definir condições mínimas de propostas para tais Aquisições Sujeitas ao Comitê;
- III. assegurar que as Aquisições Sujeitas ao Comitê sejam realizadas nos melhores termos para a Companhia e seus acionistas, com condições estritamente comutativas;
- IV. negociar, de maneira efetiva, os termos e condições de eventuais relações de substituição das ações a ser adotada em operações societárias no âmbito da Aquisição Sujeita ao Comitê;
- V. analisar estruturas para conclusão da Aquisições Sujeitas ao Comitê, incluindo eventuais propostas da administração da Companhia acerca das regras de contribuição destes ativos na Companhia ou no âmbito de operações de fusão, cisão, incorporação e incorporação de ações relacionadas à Aquisições Sujeitas ao Comitê;
- VI. contratar assessores jurídicos, contábeis e financeiros, conforme prática de mercado, para auxiliar nas negociações, nas análises e na estruturação das Aquisições Sujeitas ao Comitê;
- VII. contratar peritos ou empresas especializadas para preparar estudos e laudos de avaliação;
- VIII. supervisionar e avaliar os resultados dos processos de auditoria jurídica, contábil e financeira no âmbito das Aquisições Sujeitas ao Comitê;

IX. supervisionar o trabalho dos assessores contratados, zelando para que os pareceres, avaliações, estudos e opiniões dos assessores sejam devidamente fundamentados e com critérios e metodologias especificados e pormenorizados; e

X. submeter recomendações ao Conselho de Administração acerca da conveniência e oportunidade na realização das Aquisições Sujeitas ao Comitê.

Recomendação do Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas

Art. 43 O Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas deve preparar e submeter ao Conselho de Administração, além de análise e recomendação quanto aos documentos da transação para apreciação, relatório circunstanciado da Aquisição Sujeita ao Comitê negociada e apreciada pelo órgão, contendo:

I. descrição da transação, incluindo:

a) as partes e sua relação com a Companhia; e

b) o objeto e os principais termos e condições.

II. justificativa pormenorizada das razões pelas quais o Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas considera que a transação observa condições comutativas ou prevê pagamento compensatório adequado;

III. descrição do processo de negociação da transação; e

IV. as razões que levaram o Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas a recomendar a aprovação da transação com a parte relacionada e não com terceiros.

Art. 44 Qualquer Aquisição Sujeita ao Comitê somente poderá ser aprovada pelo Conselho de Administração nos termos negociados e recomendados pelo Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas.

Parágrafo único. O Conselho de Administração poderá submeter à apreciação do Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas propostas para alterações ou modificações aos termos recomendados pelo Comitê de Operações com Ativos de

Partes Relacionadas. Se a recomendação do Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas for contrária às propostas de modificações realizadas pelo Conselho de Administração, a Aquisição Sujeita ao Comitê somente poderá ser realizada nos estritos termos originalmente recomendados pelo Comitê de Operações com Ativos de Partes Relacionadas.

Seção IV **Diretoria**

Art. 45 A Diretoria é composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, residentes e domiciliados no Brasil, acionistas ou não, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, para um mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo único. Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para cargos de diretores.

Cargos e Designações

Art. 46 A Diretoria é composta pelos seguintes cargos:

- I. Diretor Presidente;
- II. Diretor Financeiro;
- III. Diretor de Operações;
- IV. Diretor de Relações com Investidores; e
- V. Diretor sem designação específica.

Parágrafo único. Desde que respeitado o mínimo de 3 (três) membros na Diretoria, é permitida a cumulação de cargos por uma mesma pessoa.

Poderes, atribuições e funções

Art. 47 Os diretores têm plenos poderes para praticar todos os atos necessários ou

convenientes à administração e gestão da Companhia, observados os limites estabelecidos pela legislação aplicável e as disposições deste Estatuto.

§ 1.º O Diretor Presidente dirige as atividades da Companhia, coordenando as atividades dos demais diretores, com poderes para:

I. formular e discutir a estratégia da Companhia junto ao Conselho de Administração e aos Comitês de Assessoramento, quando requerido, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, com a participação dos demais Diretores;

II. submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de negócio e orçamento anuais, planos de investimentos e novos programas de expansão da Companhia, promovendo a sua execução nos termos aprovados;

III. liderar, planejar, coordenar, organizar, supervisionar e gerir os negócios da Companhia;

IV. acompanhar e prestar informações de desempenho ao Conselho de Administração e à Diretoria;

V. indicar ao Conselho de Administração os nomes para composição da Diretoria, com exceção do Diretor Financeiro, e recomendar ao Conselho de Administração a destituição de qualquer membro da Diretoria, com exceção do Diretor Financeiro;

VI. coordenar e superintender as atividades da Diretoria; e

VII. realizar outras atividades indicadas pelo Conselho de Administração.

§ 2.º O Diretor Financeiro tem poderes e deveres para:

I. planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia;

II. gerir as finanças consolidadas da Companhia, o orçamento das diversas áreas da Companhia e o plano de investimentos da Companhia;

III. prover informações financeiras e gerenciais aos demais Diretores e ao Conselho

de Administração;

IV. gerir o mapeamento, o monitoramento e a quantificação de riscos da Companhia e atuar ativamente em suas mitigações;

V. elaborar e revisar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia;

VI. responder pelo controle de fluxo de caixa, aplicações financeiras e investimentos da Companhia; e

VII. realizar outras atividades indicadas pelo Conselho de Administração e/ou pelo Diretor Presidente.

§ 3.º O Diretor de Operações terá poderes para:

I. planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas à operação e manutenção dos ativos detidos e operados pela Companhia;

II. estruturar e gerir os processos operacionais da Companhia;

III. coordenar todas as atividades de engenharia e análises técnicas da Companhia;

IV. gerir o mapeamento, monitoramento e quantificação de riscos técnicos e operacionais da Companhia bem como atuar ativamente em suas mitigações; e

V. realizar outras atividades indicadas pelo Conselho de Administração e/ou pelo Diretor Presidente.

§ 4.º O Diretor de Relações com Investidores tem poderes para:

I. representar a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, o Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais;

II. planejar, coordenar e orientar o relacionamento e comunicação entre a Companhia e seus investidores, a CVM e demais órgãos nos quais os valores mobiliários da

Companhia sejam admitidos à negociação;

III. propor orientações e normas para as relações com os investidores da Companhia;

IV. observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado informações relevantes relativas à Companhia e seus negócios, na forma exigida em lei;

V. guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos;

VI. prestar toda e qualquer informação aos investidores, à CVM e à B3;

VII. manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia; e

VIII. zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias e, seja em conjunto ou isoladamente, praticar os atos normais de gestão da Companhia.

§ 5.º O Diretor sem designação específica deve, dentre outras atribuições que venham a ser determinadas pelo Conselho de Administração:

I. auxiliar o Diretor Presidente, o Diretor Financeiro e o Diretor de Relações com Investidores no exercício de suas respectivas atribuições; e

II. praticar atos normais de gestão da Companhia, isoladamente ou em conjunto com outros diretores da Companhia, sempre sob a supervisão do Diretor Presidente.

Ausência e impedimento temporário

Art. 48 No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer diretor, suas atribuições e funções devem ser exercidas e desempenhadas por outro diretor, indicado por escrito pelo Diretor Presidente.

Parágrafo único. O diretor que cumular as funções do diretor ausente ou impedido deve, em todos os atos praticados, indicar o cargo do diretor substituído com a aposição da expressão “em exercício”.

Vacância

Art. 49 No caso de vacância de qualquer cargo de diretor, o substituto deve ser nomeado interinamente pela Diretoria dentre os demais diretores, perdurando a substituição interina até a investidura do novo diretor, eleito na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar.

§ 1.º O diretor que cumular as funções do diretor ausente ou impedido deve, em todos os atos praticados, indicar o cargo do diretor substituído com a aposição da expressão “em exercício”.

§ 2.º O substituto eleito pelo Conselho de Administração completará o prazo de gestão do substituído.

Poderes privativos da Diretoria

Art. 50 A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, cabe aos diretores, na forma prevista neste Estatuto.

Regras de representação

Art. 51 Ressalvadas as hipóteses previstas em lei e neste Estatuto, a Companhia somente se faz presente, realizando atos, em juízo ou fora dele, vinculativos, assumindo direito e obrigações, pela atuação, manifestação e assinatura:

- I. de 2 (dois) diretores em conjunto, ou
- II. de 1 (um) diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes expressos e específicos para a prática do ato.

§ 1.º A Companhia pode ser representada por 2 (dois) procuradores com poderes expressos e específicos, devidamente constituídos na forma do § 2.º abaixo, agindo em conjunto, nas situações abaixo:

- I. alienação, aquisição, permuta, doação, cessão, desapropriação, constituição de servidão, hipoteca ou qualquer outra forma de ônus, bem como a prática de qualquer outro ato ou negócio jurídico relacionado a imóveis, envolvendo a Companhia;

II. representação da Companhia como acionista ou quotista nas assembleias gerais ou reuniões de quotistas das sociedades por ela controladas ou nas quais detenha qualquer participação societária, observado o disposto neste Estatuto;

III. representação perante quaisquer órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista, em assuntos de rotina, inclusive para fins judiciais;

IV. representação perante a Justiça do Trabalho e sindicatos;

V. atos de admissão, suspensão ou demissão de empregados e representação da Companhia em acordos trabalhistas; e

VI. assinatura de correspondências sobre assuntos rotineiros.

§ 2.º As procurações outorgadas pela Companhia devem sempre assinadas por 2 (dois) diretores agindo em conjunto, especificando os poderes outorgados e, com exceção àquelas para fins judiciais, são vigentes por, no máximo, 1 (um) ano.

§ 3.º O Diretor de Relações com Investidores pode, individualmente, representar a Companhia perante a CVM, a B3, a instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração de ações da Companhia e entidades administradoras de mercados organizados nos quais os valores mobiliários da Companhia estejam admitidos à negociação.

§ 4.º Os atos, transações e operações praticados em violação ao disposto neste artigo, ainda que em nome ou em favor da Companhia, não são considerados atos da Companhia, sendo totalmente inoperantes e ineficazes em relação à Companhia, produzindo efeitos e vinculando, pessoalmente, a pessoa que praticou o ato com infração a este Estatuto ou com excesso de poderes.

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

Instalação e funcionamento

Art. 52 A Companhia tem um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, a ser instalado pela Assembleia Geral, a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas na legislação, ou por proposta da administração.

Parágrafo único. Cada período de funcionamento Conselho Fiscal termina na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação.

Composição

Art. 53 O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição.

Competência

Art. 54 Compete ao Conselho Fiscal fiscalizar a gestão dos administradores, exercendo todos os poderes, as funções, as atribuições e as prerrogativas previstos na legislação.

Investidura

Art. 55 A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Remuneração

Art. 56 A Assembleia Geral que instalar o Conselho Fiscal deve fixar a remuneração dos conselheiros que, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL, LUCROS E DIVIDENDOS

Exercício social

Art. 57 O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados.

Demonstrações financeiras

Art. 58 Ao final de cada exercício social, a Companhia deve elaborar demonstrações financeiras, em conformidade com as normas aplicáveis.

Parágrafo único. A administração pode levantar demonstrações financeiras intermediárias, semestrais, trimestrais ou em períodos menores, observadas as normas contábeis aplicáveis.

Absorção de prejuízos e tributos

Art. 59 Do resultado do exercício, antes de qualquer destinação, devem ser deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para pagamento dos tributos sobre o lucro.

Participações

Art. 60 Do saldo remanescente do resultado do exercício, se houver, devem ser deduzidas, sucessivamente e nesta ordem, eventuais participações de debêntures, de empregados e de administradores no resultado.

Parágrafo único. As participações nos lucros mencionadas no *caput* são independentes e não se confundem com os planos de pagamento de participação nos lucros e resultados previstos na legislação trabalhista.

Lucro líquido do exercício

Art. 61 Para fins deste Estatuto, considera-se lucro líquido do exercício a parcela do resultado do exercício que remanescer depois das deduções previstas no Art. 59 e no Art. 60.

Proposta de destinação do lucro líquido

Art. 62 A administração deve submeter à Assembleia Geral proposta de destinação do lucro líquido do exercício, observadas as seguintes regras:

I. parcela correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício deve ser aplicada na formação da reserva legal, até que tal reserva atinja valor

equivalente a 20% (vinte por cento) da cifra do capital social;

II. parcela do lucro líquido do exercício remanescente pode ser destinada à formação de reserva para contingências, com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável;

III. parcela do lucro líquido do exercício decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos pode ser destinada para a reserva de incentivos fiscais;

IV. parcela da reserva para contingências constituída em exercícios anteriores e correspondente a perdas efetivamente incorridas ou não materializadas deve ser revertida;

V. do saldo remanescente após as deduções e reversões mencionadas nos incisos acima, se houver, parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório;

VI. do saldo remanescente após as deduções, reversões e a distribuição aos acionistas do dividendo mínimo obrigatório mencionadas nos incisos acima, se houver, parcela correspondente a até 90% (noventa por cento) pode ser aplicada na formação de reserva destinada para utilização em aquisição de ativos e/ou sociedades, reforço de capital de giro e programas de recompra de ações que venham a ser aprovados pela Companhia, até que tal reserva atinja valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) da cifra do capital;

VII. parcela ou totalidade do saldo remanescente pode, por proposta da administração, ser retida para execução de orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral;

VIII. o saldo remanescente, se houver, deve ser distribuído aos acionistas como dividendo adicional.

§ 1.º A Companhia tem a faculdade de não constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante registrado na reserva de capital, seja superior a montante equivalente a 30% (trinta por cento) da cifra do capital social.

§ 2.º No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos deste Estatuto, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral pode, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à

constituição de reserva de lucros a realizar. Os valores registrados na reserva de lucros a realizar, se não forem absorvidos por prejuízos supervenientes, somente podem ser utilizados para o pagamento do dividendo obrigatório.

§ 3.º A Assembleia Geral pode não distribuir o dividendo obrigatório mencionado no inciso V no exercício social em que os administradores informarem, pormenorizadamente, que o pagamento de tal dividendo é incompatível com a situação financeira da Companhia.

§ 4.º O montante do dividendo não distribuído por incompatibilidade com a situação financeira da Companhia deve ser registrado como reserva especial e, se não absorvido por prejuízos em exercícios subsequentes, deverá ser pago como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

§ 5.º O saldo das reservas de lucros, exceto a reserva para contingências, reserva de incentivos fiscais e a reserva de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o valor do capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia Geral deve deliberar sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Juros sobre capital próprio

Art. 63 De acordo com os termos da legislação aplicável, a Companhia poderá pagar seus acionistas, mediante deliberação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, juros sobre capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

Dividendo intermediário e intercalar

Art. 64 O Conselho de Administração, observados seus deveres fiduciários, tem poderes para, a seu exclusivo critério:

I. declarar dividendo ou juros sobre capital próprio com base no lucro líquido do exercício em curso, apurado em demonstrações financeiras intermediárias, semestrais, trimestrais ou em períodos menores;

II. declarar dividendo ou juros sobre capital próprio com base nas reservas de lucros existentes nas últimas demonstrações financeiras anuais ou intermediárias, semestrais, trimestrais ou em períodos menores.

Parágrafo único. A declaração de dividendo ou juros sobre capital próprio com base no lucro líquido do exercício em curso, apurado em demonstrações financeiras intermediárias levantadas em período inferior ao semestral, está limitada, em cada semestre, ao valor da reserva de capital da Companhia.

Pagamento de dividendo e de juros sobre capital próprio

Art. 65 A Assembleia Geral ou o Conselho de Administração, conforme o caso, deve fixar o prazo para pagamento do dividendo ou dos juros sobre capital próprio declarados e definir a data na qual as ações da Companhia passam a ser negociadas sem direito a proventos.

§ 1.º O órgão que aprovar a declaração de dividendo ou dos juros sobre capital próprio pode determinar o termo final para o pagamento do dividendo e delegar à Diretoria a fixação da data exata do pagamento.

§ 2.º O pagamento do dividendo ou dos juros sobre capital próprio não pode, em nenhuma hipótese, ocorrer depois do encerramento do exercício social no qual os proventos foram declarados.

§ 3.º A pretensão para receber dividendos e/ou juros sobre capital próprio prescreve no prazo de 3 (três) anos contados da data em que tais dividendos foram colocados à disposição do acionista.

§ 4.º Os valores de dividendos e juros sobre capital próprio prescritos serão revertidos à Companhia.

CAPÍTULO VII

ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO

Oferta Pública por Alienação do Poder de Controle

Art. 66 A Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo único. A oferta pública de que trata este artigo será exigida ainda:

I. quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou

II. em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Art. 67 Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

I. efetivar a oferta pública referida no Art. 66 acima; e

II. pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em mercado administrado pela B3 nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento.

Parágrafo único. A quantia referida no inciso II acima deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Art. 68 A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo único. Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO VIII

OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES PARA CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

Cancelamento de registro

Art. 69 Na oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico da Companhia, apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos do § 1.º e do § 2.º deste artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1.º O laudo de avaliação referido no *caput* deste artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e/ou do(s) Acionista(s) Controlador(es), além de satisfazer os requisitos do § 1.º do Art. 8.º da Lei das S.A., e conter a responsabilidade prevista no § 6.º desse mesmo artigo.

§ 2.º A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

CAPÍTULO IX

SAÍDA DO NOVO MERCADO

Art. 70 Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista

Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do § 1.º e do § 2.º do Art. 69 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 71 Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo acima.

§ 1.º A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

§ 2.º Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Art. 72 A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Art. 69 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1.º O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* desse artigo.

§ 2.º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*.

§ 3.º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

§ 4.º Caso a Assembleia Geral mencionada no § 3.º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

CAPÍTULO X DA PROTEÇÃO À DISPERSÃO ACIONÁRIA

Oferta pública de aquisição de ações

Art. 73 Qualquer pessoa ou Grupo de Acionistas que venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer título ou motivo, ainda que por meio de oferta pública de aquisição, de ações de emissão da Companhia, de valores mobiliários conversíveis em ações ou que confirmam o direito a adquirir ações de emissão da Companhia, ou de direitos sobre ações de emissão da Companhia (inclusive usufruto, fideicomisso ou direitos decorrentes de acordos de acionistas), ainda que por meio de instrumentos financeiros com liquidação física, que lhe torne titular de participação, direta ou indireta, igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia (“Participação Relevante”), seja ou não acionista da Companhia anteriormente à operação específica que resultar na titularidade de tais ações (“Adquirente de Participação Relevante”), deverá efetivar oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pelos demais acionistas, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, nos regulamentos da B3 e os termos deste artigo (“OPA por Aquisição de Participação Relevante”).

§ 1.º O Adquirente de Participação Relevante deverá solicitar o registro, caso exigido, ou lançar a referida OPA por Aquisição de Participação Relevante no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade direta ou indireta de Participação Relevante.

§ 2.º A OPA por Aquisição de Participação Relevante deverá ser:

- I. dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia;
- II. efetivada em leilão a ser realizado na B3;
- III. lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no § 3.º deste artigo; e
- IV. paga à vista, em moeda corrente nacional.

§ 3.º O preço por ação a ser ofertado e pago na OPA por Aquisição de Participação Relevante será, no mínimo, o maior valor determinado com base nos seguintes critérios:

I. 125% (cento e vinte e cinco por cento) do Valor Econômico da Companhia, determinado na forma do Art. 69 deste Estatuto, dividido pelo número total de ações emitidas pela Companhia na data da apuração, ficando o Adquirente de Participação Relevante responsável por todos os custos de elaboração do laudo pela instituição ou empresa especializada escolhida pela Assembleia Geral nos termos do § 2.º do Art. 69;

II. o maior preço pago pelo Adquirente de Participação Relevante por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA por Aquisição de Participação Relevante nos termos deste artigo, ajustado por eventos societários, tais como distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos ou bonificações; ou

III. 125% (cento e vinte e cinco por cento) a cotação unitária mais alta atingida pelas ações de emissão da Companhia durante o período de 12 (doze) meses anterior à data de realização da OPA por Aquisição de Participação Relevante em qualquer mercado regulamentado de valores mobiliários, no Brasil ou no exterior, em que as ações ou títulos representativos das ações da Companhia forem admitidos à negociação.

§ 4.º O Adquirente de Participação Relevante não poderá votar na Assembleia Geral que deliberar acerca da escolha do avaliador responsável pela elaboração do laudo de avaliação do Valor Econômico da Companhia.

§ 5.º A realização da OPA por Aquisição de Participação Relevante não excluirá a possibilidade de outra pessoa, incluindo algum acionista da Companhia, ou, se for o caso, a

própria Companhia, formular uma oferta pública de aquisição concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

§ 6.º O Adquirente de Participação Relevante deverá atender eventuais solicitações ou exigências da CVM dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

§ 7.º Na hipótese do Adquirente de Participação Relevante não cumprir as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos para a realização ou solicitação do registro, caso exigido, da OPA por Aquisição de Participação Relevante, ou para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral, na qual o Adquirente de Participação Relevante não poderá votar, para examinar, discutir e votar sobre a:

I. suspensão do exercício dos direitos patrimoniais, políticos e de fiscalização do Adquirente de Participação Relevante que não cumpriu com qualquer das obrigações impostas por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei das S.A.; e

II. o ajuizamento de ação, observado o disposto no Art. 78, contra o Adquirente de Participação Relevante, para demandar:

- a) condenação do Adquirente de Participação Relevante para realização da OPA por Aquisição de Participação Relevante; e/ou
- b) indenização em favor dos demais acionistas da Companhia pelas perdas e danos, diretos e indiretos, causados em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

§ 8.º Para fins da verificação do atingimento da participação de 30% (trinta por cento), não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

§ 9.º Fica dispensado de lançar a OPA de Aquisição de Participação Relevante o Adquirente de Participação Relevante que:

I. adquirir Participação Relevante em resultado de operação de fusão, cisão com incorporação da parcela cindida pela Companhia, de incorporação de sociedade pela Companhia e de incorporação de ações pela Companhia;

II. adquirir Participação Relevante por força de herança ou legado, desde que o Adquirente de Participação Relevante se comprometa a alienar, e efetivamente aliene, as ações, instrumentos financeiros ou direitos que excederem 30% (trinta por cento) do capital social total da Companhia, no prazo de 12 (doze) meses contadas do evento que resultou na aquisição;

III. adquirir Participação Relevante em resultado direto de subscrição de ações da Companhia, realizada em oferta pública de distribuição primária de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou que confirmam o direito a adquirir ações de emissão da Companhia; ou

IV. obtenha dispensa expressa e específica da Assembleia Geral, especialmente convocada para apreciar o pedido de dispensa formulado pelo Adquirente de Participação Relevante, que não poderá, direta ou indiretamente, votar na referida Assembleia Geral.

Aumento de Participação Societária

Art. 74 A OPA por Aquisição de Participação Relevante prevista no Art. 73 também será exigida toda a vez que um acionista ou Grupo de Acionistas, que já seja titular de Participação Relevante, adquirir ou se tornar titular, direta ou indiretamente, por meio de uma operação ou de várias operações, de ações, de valores mobiliários conversíveis em ações ou que confirmam o direito a adquirir ações de emissão da Companhia, ou de direitos sobre ações de emissão da Companhia (inclusive usufruto, fideicomisso ou direitos decorrentes de acordos de acionistas), ainda que por meio de instrumentos financeiros com liquidação física, que elevem sua participação societária, direta ou indireta, para um percentual superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social total da Companhia.

§ 1.º Aplicam-se ao aumento da participação societária referida no *caput* as hipóteses de dispensa previstas no § 9.º do Art. 73, que deverão ser avaliadas a cada vez que o titular de Participação Relevante incrementar sua participação societária como consequência das hipóteses do § 9.º do Art. 73.

§ 2.º A obrigação de realização da OPA por Aquisição de Participação Relevante por aumento da participação societária referida no *caput* será exigida mesmo que o Adquirente de Participação Relevante tenha sido beneficiado pelas hipóteses de dispensa previstas no § 9.º do Art. 73 antes de atingir a Participação Relevante ou ainda que ele tenha realizado a OPA por Aquisição de Participação Relevante no passado.

Inaplicabilidade

Art. 75 As obrigações previstas neste Capítulo X não se aplicam às pessoas ou Grupo de Acionistas que sejam, direta ou indiretamente, acionistas da Companhia na véspera da listagem das ações no Novo Mercado da B3.

Parágrafo único. As obrigações previstas neste Capítulo X não se aplicam às pessoas e Grupo de Acionistas mencionadas no *caput* ainda que estas pessoas ou Grupo de Acionistas venham a formar novos Grupos de Acionistas que, em conjunto, atinjam os percentuais de participação previstos nos Artigos 73 e 74 acima.

CAPÍTULO XI DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Dissolução e liquidação

Art. 76 A Companhia dissolve-se e tem seu patrimônio liquidado nos casos previstos em lei.

Parágrafo único. Durante a liquidação, o Conselho Fiscal não tem funcionamento permanente, sendo instalado, apenas, a pedido de acionistas, nos termos da legislação aplicável.

CAPÍTULO XII ACORDOS DE ACIONISTAS

Cumprimento dos acordos de acionistas

Art. 77 A Companhia deve cumprir todas e quaisquer disposições previstas nos acordos de acionistas arquivados em sua sede.

§ 1.º A Companhia não deve registrar, consentir ou ratificar qualquer voto ou aprovação dos acionistas, dos conselheiros de administração ou de qualquer diretor, ou realizar ou deixar de realizar qualquer ato que viole ou que seja incompatível com as disposições de tais acordos de acionistas ou que, de qualquer forma, possa prejudicar os direitos dos acionistas sob tais acordos.

§ 2.º Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

§ 3.º Os signatários de acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia devem indicar, no momento do arquivamento, representante para comunicar-se com a Companhia, para prestar ou receber informações, nos termos do § 10 do Art. 118 da Lei das S.A.

§ 4.º Todos os acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia serão divulgados publicamente em conformidade com a legislação da CVM.

CAPÍTULO XIII COMPROMISSO ARBITRAL

Cláusula compromissória

Art. 78 A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO XIV DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Termos definidos

Art. 79 Os termos iniciados em letra maiúscula e não definidos neste Estatuto têm os significados a eles atribuídos no Regulamento do Novo Mercado.

Interpretação

Art. 80 Os títulos e cabeçalhos deste Estatuto servem meramente para referência e não devem limitar ou afetar o significado atribuído ao dispositivo a que fazem referência.

§ 1.º Os termos “inclusive”, “incluindo”, “particularmente” e outros termos semelhantes, são utilizados com a finalidade de ilustração ou ênfase e não devem ser interpretados como limitando e nem têm o efeito de limitar a generalidade de quaisquer palavras precedentes, devendo ser interpretados como se estivessem acompanhados do termo “exemplificativamente”.

§ 2.º Sempre que exigido pelo contexto, as definições contidas neste Estatuto aplicam-se tanto no singular quanto no plural e o gênero masculino inclui o feminino e vice-versa.

§ 3.º Qualquer referência a um dispositivo, exceto se de outra forma disposto, deve ser considerada como se referindo ao dispositivo inteiro.

§ 4.º Referências a dispositivos legais devem ser interpretadas como referências aos dispositivos respectivamente alterados, estendidos, consolidados ou reformulados.

Disposição Transitória

Art. 81 A eficácia das disposições constantes no § 1.º do Art. 23, no Parágrafo único do Art. 27, no § 5.º do Art. 30, no inciso XXIX e no inciso XXX do Art. 33, na Seção III do Capítulo V, no Capítulo VII, no Capítulo VIII, no Capítulo IX, no Capítulo X, no Capítulo XIII está subordinada, suspensivamente, ao início da negociação das ações ordinárias da Companhia no Novo Mercado da B3.

OMEGA GERAÇÃO S.A.

(Companhia Aberta)

CNPJ/MF n.º 09.149.503/0001-06

NIRE 31.300.093.10-7 | Código CVM 02342-6

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2017**

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Anexo II

Minuta do Certificado n.º 12 de Bônus de Subscrição

**BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO
CERTIFICADO N.º 12**

Emissora:

OMEGA GERAÇÃO S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar, sala 401, bairro Barro Preto, CEP 30190-130, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.149.503/0001-06, registrada na CVM como companhia aberta categoria “A” sob o n.º 23426, devidamente representada neste ato na forma de seu estatuto social (“Companhia”).

Titular:

OMEGA DESENVOLVIMENTO III FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o 23.294.057/0001-46, neste ato representado por sua gestora, a **Omega Gestora de Recursos Ltda.** (“Omega Gestora”), sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.797.432/0001-80, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida São Gabriel, 477, 2º andar, parte, CEP 01435-001, devidamente representada neste ato na forma de seu contrato social (“Titular”).

1.1. Este certificado de bônus de subscrição (“Bônus de Subscrição”) foi emitido em 06 de julho de 2017 em substituição ao certificado de bônus de subscrição n.º 10 emitido pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 12 de maio de 2017, como consequência do grupamento de

ações de emissão da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 06 de julho de 2017. Este Bônus de Subscrição confere ao seu Titular o direito de subscrever ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia e deverá ser exercido mediante apresentação deste e do pagamento do Preço estabelecido na Cláusula 4.1 abaixo.

1.2. O presente Bônus de Subscrição será levado pela Companhia à instituição escrituradora das ações de sua emissão, para que seja efetuado o devido registro de escrituração deste certificado.

2. Capital Social

2.1. O capital social da Companhia é de R\$ 432.156.773,69 (quatrocentos e trinta e dois milhões, cento e cinquenta e seis mil, setecentos e setenta e três reais e sessenta e nove centavos), representado por 44.862.230 (quarenta e quatro milhões, oitocentas e sessenta e duas mil, duzentas e trinta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Nesta data, o capital social da Companhia está totalmente subscrito e integralizado. Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais da Companhia. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma de seu Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, até o limite de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais). O capital social atual da Companhia foi estabelecido no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data.

3. Emissão e Condições de Exercício

3.1. Este Bônus de Subscrição foi emitido em substituição do Bônus de Subscrição n.º 10, emitido em 12 de maio de 2017 por um preço de emissão de R\$ 14.690.046,86 (catorze milhões, seiscentos e noventa mil, quarenta e seis reais e oitenta e seis centavos), cujo pagamento foi realizado em 12 de maio de 2017 pelo Titular à Companhia mediante a compensação do crédito devido pelo Titular contra a Companhia de igual valor nos termos das Cláusulas 3.1(i) e 3.2(i) do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, celebrado em 12 de maio de 2017 entre a Companhia, na qualidade de compradora, o Titular e **Lambda3 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, na qualidade de vendedores, com a interveniência e anuência de **Omega Energia e Implantação 2 S.A.** (“Omega E&I 2”), **Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.**, **Delta 3 Energia S.A.** e **Delta 5 Energia S.A.** (“Contrato”).

3.2. Este Bônus de Subscrição confere ao seu Titular o direito de subscrever e integralizar um total de 35.281.489 (trinta e cinco milhões, duzentas e oitenta e um mil, quatrocentas e oitenta e nove) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal a serem emitidas pela Companhia (“Novas Ações”).

3.2.1 Cada ação ordinária tem as seguintes características, direitos e vantagens: (i) confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral; (ii) participa nos aumentos de capital da Companhia realizados mediante capitalização de lucros ou reservas; (iii) confere o direito a participar do lucro distribuído a título de dividendo e/ou de juros sobre capital; (iv) confere, em caso de liquidação do patrimônio da Companhia, o direito ao reembolso do capital, calculado pela divisão do valor do capital social da Companhia pelo número total de ações emitidas, desconsideradas as ações em tesouraria; (v) confere, em caso de liquidação do patrimônio da Companhia, o direito a participar do acervo remanescente; (vi) confere o direito de sua inclusão em oferta pública de aquisição de ações decorrente de Alienação de Controle da Companhia (conforme definição do Estatuto Social da Companhia), ao mesmo preço por ação e nas mesmas condições ofertadas ao Acionista Controlador Alienante (conforme definição do Estatuto Social da Companhia).

3.3. O Titular deverá exercer este Bônus de Subscrição de forma integral depois de verificado o cumprimento ou a renúncia, conforme o caso, de todas as condições precedentes estabelecidas no Contrato, na data em que ocorrer a transferência das ações de emissão da Omega E&I 2 à Companhia (“Data de Fechamento”), mediante a apresentação deste certificado à Companhia e do pagamento do Preço estabelecido na Cláusula 4.1 abaixo.

3.4. Caso este Bônus de Subscrição não seja integralmente exercido até o dia 30 de junho de 2018, ele será automaticamente cancelado, devendo o Titular entregar este certificado à Companhia para sua destruição.

4. Subscrição e Pagamento das Ações

4.1. O preço de emissão total a ser pago pelo Titular para o exercício deste Bônus de Subscrição será de R\$ 719.812.296,20 (setecentos e dezenove milhões, oitocentos e doze mil, duzentos e noventa e seis reais e vinte centavos) (“Preço”).

4.2. Na Data de Fechamento, mediante a apresentação deste Bônus de Subscrição, o conselho de administração da Companhia deverá aprovar um aumento de capital social desta em montante correspondente ao Preço, mediante a emissão das Novas Ações, as quais deverão ser totalmente subscritas pelo Titular e por este integralizadas na Data do Fechamento mediante a capitalização do crédito detido pelo Titular contra a Companhia em valor igual ao Preço, correspondente ao valor devido na Data do Fechamento pela Companhia ao Titular em contrapartida à aquisição das ações de emissão da Omega E&I 2, nos termos do Contrato, operando-se, dessa forma, a compensação de créditos de igual valor detidos pela Companhia contra o Titular e por este contra a Companhia.

4.3. O Titular e a Companhia deverão praticar todos os atos junto à instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia para que o Titular efetive a subscrição das Novas Ações emitidas em razão do exercício deste Bônus de Subscrição, incluindo a assinatura, pelo Titular, do respectivo boletim de subscrição das Novas Ações e a comunicação à instituição escrituradora acerca da integralização das Novas Ações na forma da Cláusula 4.2 acima.

4.4. As Novas Ações conferirão ao Titular os mesmos benefícios e direitos das ações ordinárias de emissão da Companhia atualmente existentes, incluindo o direito ao recebimento de dividendos declarados após a data de emissão das Novas Ações.

4.5. O número de Novas Ações que poderão ser subscritas pelo Titular mediante o exercício deste Bônus de Subscrição deverá ser automaticamente ajustado, de forma proporcional, na ocorrência de qualquer desdobramento, bonificação ou grupamento envolvendo as ações de emissão da Companhia.

5 Disposições Gerais

5.1. No caso de perda, roubo ou rasura deste Bônus de Subscrição, mediante apresentação, pelo Titular, de prova de tal perda, roubo ou rasura, a Companhia deverá cancelar imediatamente este Bônus de Subscrição e emitir outro certificado em substituição, contendo os mesmos termos e condições então vigentes.

5.2. Quaisquer notificações ou outras formas de comunicação que se façam necessárias deverão ser enviadas à Companhia ou ao Titular nos endereços indicados abaixo:

Se para a Companhia:

Endereço: Avenida São Gabriel, 477, 2º andar, parte
São Paulo/SP.
01435-001

E-mail: ri@omegaenergia.com.br

At.: Sr. Presidente do Conselho de Administração

Se para o Titular:

Omega Gestora de Recursos Ltda.

Endereço: Avenida São Gabriel, 477, 2º andar, parte
São Paulo/SP.
01435-001

E-mail: antonio.bastos@omegaenergia.com.br

At.: Sr. Antonio Augusto Torres de Bastos Filho

5.5. A Companhia deverá arcar com todas as despesas incorridas em razão da emissão das Novas Ações, conforme previsto neste Bônus de Subscrição, e da consumação de referida operação.

5.6. Este Bônus de Subscrição vincula e beneficia ambas as partes e os seus respectivos sucessores e nada neste Bônus de Subscrição, de forma expressa ou implícita, deverá ser entendido como, ou conferirá a qualquer outra pessoa, quaisquer direitos, benefícios ou recursos de qualquer natureza no âmbito ou em razão do presente Bônus de Subscrição.

5.7. As disposições deste Bônus de Subscrição serão regidas e interpretadas de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. Quaisquer litígios ou controvérsias decorrentes do presente Bônus de Subscrição deverão ser solucionados de acordo com os procedimentos para resolução de conflitos previstos na Cláusula 12 do Contrato, através de arbitragem conduzida pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Belo Horizonte, 06 de julho de 2017.

OMEGA GERAÇÃO S.A.

Antonio Augusto Torres de Bastos Filho

Diretor

Gustavo Barros Mattos

Diretor

OMEGA DESENVOLVIMENTO III
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
por Omega Gestora de Recursos Ltda.

Nome: Antonio Augusto Torres de Bastos Filho

Cargo: Diretor

Nome: Ricardo Alberto Oliveira dos Santos

Cargo: Diretor

OMEGA GERAÇÃO S.A.

(Companhia Aberta)

CNPJ/MF n.º 09.149.503/0001-06

NIRE 31.300.093.10-7 | Código CVM 02342-6

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2017**

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Anexo III

Minuta do Certificado n.º 13 de Bônus de Subscrição

**BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO
CERTIFICADO N.º 13**

Emissora:

OMEGA GERAÇÃO S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar, sala 401, bairro Barro Preto, CEP 30190-130, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.149.503/0001-06, registrada na CVM como companhia aberta categoria “A” sob o n.º 23426, devidamente representada neste ato na forma de seu estatuto social (“Companhia”).

Titular:

LAMBDA3 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 16.728.464/0001-59, neste ato representado por sua gestora, a Omega Gestora de Recursos Ltda., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.797.432/0001-80, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida São Gabriel, 477, 2º andar, parte, CEP 01435-001, devidamente representada neste ato na forma de seu contrato social (“Titular”).

1.1. Este certificado de bônus de subscrição (“Bônus de Subscrição”) foi emitido em 06 de julho de 2017 em substituição ao certificado de bônus de subscrição n.º 11 emitido pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 12 de maio de 2017, como consequência do grupamento de ações de emissão da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia

realizada em 06 de julho de 2017. Este Bônus de Subscrição confere ao seu Titular o direito de subscrever ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia e deverá ser exercido mediante apresentação deste e do pagamento do Preço estabelecido na Cláusula 4.1 abaixo.

1.3. O presente Bônus de Subscrição será levado pela Companhia à instituição escrituradora das ações de sua emissão, para que seja efetuado o devido registro de escrituração deste certificado.

2. Capital Social

2.1. O capital social da Companhia é de R\$ 432.156.773,69 (quatrocentos e trinta e dois milhões, cento e cinquenta e seis mil, setecentos e setenta e três reais e sessenta e nove centavos), representado por 44.862.230 (quarenta e quatro milhões, oitocentas e sessenta e duas mil, duzentas e trinta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Nesta data, o capital social da Companhia está totalmente subscrito e integralizado. Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais da Companhia. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma de seu Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, até o limite de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais). O capital social atual da Companhia foi estabelecido no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data.

3. Emissão e Condições de Exercício

3.1. Este Bônus de Subscrição foi emitido em substituição do Bônus de Subscrição n.º 11, emitido em 12 de maio de 2017 por um preço de emissão de R\$ 1.305.213,28 (um milhão, trezentos e cinco mil, duzentos e treze reais e vinte e oito centavos), cujo pagamento foi realizado em 12 de maio de 2017 pelo Titular à Companhia mediante a compensação do crédito devido pelo Titular contra a Companhia de igual valor nos termos das Cláusulas 3.1(i) e 3.2(i) do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, celebrado em 12 de maio de 2017 entre a Companhia, na qualidade de compradora, o Titular e **Omega Desenvolvimento III Fundo de Investimento em Participações**, na qualidade de vendedores, com a interveniência e anuência de **Omega Energia e Implantação 2 S.A.** (“**Omega E&I 2**”), **Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.**, **Delta 3 Energia S.A.** e **Delta 5 Energia S.A.** (“**Contrato**”).

3.2. Este Bônus de Subscrição confere ao seu Titular o direito de subscrever e integralizar um total de 3.134.767 (três milhões, cento e trinta e quatro mil, setecentas e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal a serem emitidas pela Companhia (“**Novas Ações**”).

3.2.1 Cada ação ordinária tem as seguintes características, direitos e vantagens: (i) confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral; (ii) participa nos aumentos de capital da Companhia realizados mediante capitalização de lucros ou reservas; (iii) confere o direito a participar do lucro distribuído a título de dividendo e/ou de juros sobre capital; (iv) confere, em caso de liquidação do patrimônio da Companhia, o direito ao reembolso do capital, calculado pela divisão do valor do capital social da Companhia pelo número total de ações emitidas, desconsideradas as ações em tesouraria; (v) confere, em caso de liquidação do patrimônio da Companhia, o direito a participar do acervo remanescente; (vi) confere o direito de sua inclusão em oferta pública de aquisição de ações decorrente de Alienação de Controle da Companhia (conforme definição do Estatuto Social da Companhia), ao mesmo preço por ação e nas mesmas condições ofertadas ao Acionista Controlador Alienante (conforme definição do Estatuto Social da Companhia).

3.3. O Titular deverá exercer este Bônus de Subscrição de forma integral depois de verificado o cumprimento ou a renúncia, conforme o caso, de todas as condições precedentes estabelecidas no Contrato, na data em que ocorrer a transferência das ações de emissão da Omega E&I 2 à Companhia (“Data de Fechamento”), mediante a apresentação deste certificado à Companhia e do pagamento do Preço estabelecido na Cláusula 4.1 abaixo.

3.4. Caso este Bônus de Subscrição não seja integralmente exercido até o dia 30 de junho de 2018, ele será automaticamente cancelado, devendo o Titular entregar este certificado à Companhia para sua destruição.

4. Subscrição e Pagamento das Ações

4.1. O preço de emissão total a ser pago pelo Titular para o exercício deste Bônus de Subscrição será de R\$ 63.955.450,74 (sessenta e três milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais e setenta e quatro centavos) (“Preço”).

4.2. Na Data de Fechamento, mediante a apresentação deste Bônus de Subscrição, o conselho de administração da Companhia deverá aprovar um aumento de capital social desta em montante correspondente ao Preço, mediante a emissão das Novas Ações, as quais deverão ser totalmente subscritas pelo Titular e por este integralizadas na Data do Fechamento mediante a capitalização do crédito devido pelo Titular contra a Companhia em valor igual ao Preço, correspondente ao valor devido na Data do Fechamento pela Companhia ao Titular em contrapartida da aquisição das ações de emissão da Omega E&I 2, nos termos do Contrato, operando-se, dessa forma, a compensação de créditos de igual valor detidos pela Companhia contra o Titular e por este contra a Companhia.

4.3. O Titular e a Companhia deverão praticar todos os atos junto à instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia para que o Titular efetive a subscrição das Novas Ações emitidas em razão do exercício deste Bônus de Subscrição, incluindo a assinatura, pelo Titular, do respectivo boletim de subscrição das Novas Ações e a comunicação à instituição escrituradora acerca da integralização das Novas Ações na forma da Cláusula 4.2 acima.

4.4. As Novas Ações conferirão ao Titular os mesmos benefícios e direitos das ações ordinárias de emissão da Companhia atualmente existentes, incluindo o direito ao recebimento de dividendos declarados após a data de emissão das Novas Ações.

4.5. O número de Novas Ações que poderão ser subscritas pelo Titular mediante o exercício deste Bônus de Subscrição deverá ser automaticamente ajustado, de forma proporcional, na ocorrência de qualquer desdobramento, bonificação ou grupamento envolvendo as ações de emissão da Companhia.

5 Disposições Gerais

5.1. No caso de perda, roubo ou rasura deste Bônus de Subscrição, mediante apresentação, pelo Titular, de prova de tal perda, roubo ou rasura, a Companhia deverá cancelar imediatamente este Bônus de Subscrição e emitir outro certificado em substituição, contendo os mesmos termos e condições então vigentes.

5.2. Quaisquer notificações ou outras formas de comunicação que se façam necessárias deverão ser enviadas à Companhia ou ao Titular nos endereços indicados abaixo:

Se para a Companhia:

Endereço: Avenida Barbacena, 472, 4.º andar, sala 401
Belo Horizonte/MG.
01435-001

E-mail: ri@omegaenergia.com.br

At.: Sr. Presidente do Conselho de Administração

Se para o Titular:

Omega Gestora de Recursos Ltda.

Endereço: Avenida São Gabriel, 477, 2º andar, parte
São Paulo/SP.
01435-001

E-mail: antonio.bastos@omegaenergia.com.br

At.: Sr. Antonio Augusto Torres de Bastos Filho

5.5. A Companhia deverá arcar com todas as despesas incorridas em razão da emissão das Novas Ações, conforme previsto neste Bônus de Subscrição, e da consumação de referida operação.

5.6. Este Bônus de Subscrição vincula e beneficia ambas as partes e os seus respectivos sucessores e nada neste Bônus de Subscrição, de forma expressa ou implícita, deverá ser entendido como, ou conferirá a qualquer outra pessoa, quaisquer direitos, benefícios ou recursos de qualquer natureza no âmbito ou em razão do presente Bônus de Subscrição.

5.8. As disposições deste Bônus de Subscrição serão regidas e interpretadas de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. Quaisquer litígios ou controvérsias decorrentes do presente Bônus de Subscrição deverão ser solucionados de acordo com os procedimentos para resolução de conflitos previstos na Cláusula 12 do Contrato, através de arbitragem conduzida pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Belo Horizonte, 06 de julho de 2017.

OMEGA GERAÇÃO S.A.

Antonio Augusto Torres de Bastos Filho

Diretor

Gustavo Barros Mattos

Diretor

**LAMBDA3 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
MULTIESTRATÉGIA**

por Omega Gestora de Recursos Ltda.

Nome: Antonio Augusto Torres de Bastos Filho

Cargo: Diretor

Nome: Ricardo Alberto Oliveira dos Santos

Cargo: Diretor